

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2015/2016**



**TII**

**A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR DEFINIDOR DA  
ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS  
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho  
MAJOR DE INFANTARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR  
DEFINIDOR DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO  
PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA  
MUNDIAL**

**MAJOR DE INFANTARIA José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR  
DEFINIDOR DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO  
PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA  
MUNDIAL**

**MAJOR DE INFANTARIA José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Orientador: MAJOR DE INFANTARIA Carlos Filipe Lobão Dias Afonso

Pedrouços 2016



### **Declaração de compromisso Anti-plágio**

Eu, José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho, declaro por minha honra que o documento intitulado *A integração numa aliança como fator definidor da organização do Exército Português no período pós Primeira Guerra Mundial*, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do Curso de Estado-Maior Conjunto 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 28 de julho de 2016

José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho  
MAJOR DE INFANTARIA



## **Agradecimentos**

A elaboração deste trabalho trouxe-me um inesperado desafio, a acrescentar aos demais durante este último ano, que foi...o estudo da História.

No momento da decisão, a sorte fez-me um favor. Tendo sido o último a escolher, foi o tema do trabalho que me escolheu a mim e não eu que escolhi o tema.

Sendo eu um militar de Infantaria sabia que, também, esta Carta teria de ser entregue a Garcia mas desta vez a viagem foi diferente, pois não atravessou nem vales, nem montes, nem selvas e muito menos praias...e, fundamentalmente, não foi feita sozinho.

Deste modo agradeço a quem me acompanhou:

Aos meus camaradas de curso, pela sua amizade, conselho e paciência.

Ao Major de Infantaria Carlos Afonso, pela sua postura como militar, conhecimento e dedicação como professor e paciência e incentivo como orientador.

À minha mãe, Maria Celeste, pelo seu apoio incondicional, sempre criando condições para que a minha ausência fosse menos sentida no meu seio familiar.

À minha mulher, Susana, por ter sido a mãe, e muitas vezes o pai, da minha filha, tornando-se o suporte familiar que sempre precisei.

Finalmente à minha filha, Diana, pela sua tolerância e, principalmente, pela sua alegria, que me dá e que transmite aos outros.



## Índice

Introdução.....	1
1. O processo metodológico e crítica às fontes.....	5
2. Caracterização da época 1919-1926 .....	8
2.1. A política .....	8
2.2. A sociedade.....	11
2.3. O instrumento militar.....	13
2.4. Síntese Conclusiva.....	15
3. As causas das adaptações à organização Exército no pós IGM.....	16
3.1. As bases da organização do Exército de 1911 .....	16
3.2. A organização de 1926 .....	19
3.3. Síntese conclusiva.....	22
4. As adaptações que deram origem à organização do Exército pós IGM .....	24
4.1. As principais alterações promovidas pela participação na IGM.....	24
4.1.1. O Ministério da Guerra e o Estado-Maior .....	24
4.1.2. A Divisão Territorial.....	25
4.1.3. A Arma de Artilharia .....	26
4.1.4. A Arma de Engenharia.....	27
4.1.5. A Arma de Aeronáutica .....	27
4.1.6. O Serviço Militar .....	28
4.2. Síntese Conclusiva.....	29
5. Análise .....	31
5.1. O Ministério da Guerra e o Estado-Maior .....	31
5.2. A Divisão Territorial.....	32
5.3. A Arma de Artilharia .....	33
5.4. A Arma de Engenharia .....	33
5.5. A Arma de Aeronáutica .....	34
5.6. O Serviço Militar .....	35
5.7. Síntese Conclusiva.....	36
Conclusões.....	38



Fontes .....	41
Bibliografia.....	43

### **Índice de Anexos**

Anexo A — Divisão Territorial de 1911 .....	Anx A-1
Anexo B — Divisão Territorial de 1926.....	Anx B-1
Anexo C — As Aeronaves da Aeronáutica Militar em 1926.....	Anx C-1

### **Índice de Apêndices**

Apêndice A — Fontes do Arquivo Histórico Militar.....	Adp A-1
Apêndice B — A Organização do Exército de 1911 .....	Apd B-1
Apêndice C — A Organização do Exército Metropolitano de 1926.....	Apd C-1
Apêndice D — Corpo de Conceitos .....	Apd D-1

### **Índice de Figuras**

Figura 1 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1911 .....	Anx A-1
Figura 2 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1911 .....	Anx A-2
Figura 3 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1926 .....	Anx B-1
Figura 4 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1926.....	Anx B-2
Figura 5 - Aeronave Avro 504K.....	Anx C-1
Figura 6 - Aeronave Vickers Valparaíso I.....	Anx C-1
Figura 7 - Aeronave Avro 548 A.....	Anx C-1
Figura 8 - Aeronave Martynside F-4 Buzzard.....	Anx C-2
Figura 9 - Aeronave SPAD VII C1 .....	Anx C-2
Figura 10 - Aeronave Breguet Br. 14 A2 .....	Anx C-2



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Fontes do Arquivo Histórico Militar .....	Apd A-1
Tabela 2 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1911 .....	Adp B-1
Tabela 3- Organização do MG em 1911 .....	Apd B-1
Tabela 4 - Organização do EME de 1911 .....	Apd B-2
Tabela 5 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1926.....	Apd C-1
Tabela 6 - Organização do MG em 1926 .....	Apd C-1
Tabela 7 - Organização do EME de 1926 .....	Apd C-2



## **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo identificar as causas e as adaptações efetuadas à organização do Exército Metropolitano Português após a participação na IGM, mediante a condução de um estudo no âmbito da História Militar, através de um desenho de pesquisa histórica com o recurso à análise de fontes, estudos e obras literárias.

Como resultados, identificámos que as causas que estiveram na origem da reorganização do Exército Metropolitano Português se encontravam intimamente relacionadas com a necessidade de reagir contra um ataque espanhol. Identificámos também, que as principais adaptações apresentadas na organização do Exército Metropolitano Português de 1926, foram estruturadas com base nas diferentes influências do Exército francês e inglês, fruto da instrução recebida pelas forças portuguesas durante a IGM bem como através da doutrina e modelos organizativos desses mesmos exércitos.

Com isto concluímos que adaptação aos modelos militares francês e inglês durante o processo de reorganização do Exército Metropolitano Português, após a participação na IGM, se deveu a aspetos de aproximação organizacional e doutrinária, com vista a garantir uma melhor integração em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola.

## **Palavras-chave**

1926, Exército Metropolitano Português, Organização Militar, Primeira Guerra Mundial



### **Abstract**

*The present paper aims to identify the causes and the adjustments made to the organization of the Portuguese Metropolitan Army after its participation in WWI. The methodology approach involved in the study was based in a historical research design, in a Military History context, namely through review of historical sources, studies and literary works.*

*As results, we have identified that the causes in the origin of the reorganization of the Portuguese Metropolitan Army were closely related to the need to react against a potential Spanish attack. We have also identified that the main adaptations contained in the 1926 reorganization of the Portuguese Metropolitan Army were structured on the basis of the different influences of the French and English Army. These appear as consequences of the training received by the Portuguese forces during WWI and through embedment of doctrinal and organizational models of those same armies.*

*With this we conclude that adaptation to the French and English military models during the process of Portuguese Metropolitan Army reorganization, after the participation in the WWI, was due to aspects of organizational and doctrinal approach, in view of ensuring easier integration in the event of a need for collaboration against the Spanish threat.*

### **Keywords**

*1926, Portuguese Metropolitan Army, Military Organization, First World War*



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

- 1Div - Primeira Divisão  
3Div - Terceira Divisão  
IGM - Primeira Guerra Mundial

### A

- AHM - Arquivo Histórico Militar

### C

- CEL - Campo Entrincheirado de Lisboa  
CISDI - Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares  
CEME - Chefe do Estado-Maior do Exército  
CT - Comandos Territoriais  
CER - Comissão de Estudos de Reorganização  
CAPI - Corpo de Artilharia Pesado Independente  
CEP - Corpo Expedicionário Português

### E

- EME - Estado-Maior do Exército  
EUA - Estados Unidos da América  
EMP - Exército Metropolitano Português

### F

- FFAA - Forças Armadas  
FO6 - Fundo Orgânico número seis

### G

- GM - Governo Militar  
GNR - Guarda Nacional Republicana

### I

- ISAE - Inspeção Superior da Administração do Exército  
IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares



M

MG - Ministério da Guerra

Q

QMG - Quartel-Mestre General

R

RM - Regiões Militares



## Introdução

A conturbada situação política, económica e financeira com que Portugal termina a sua participação na Primeira Guerra Mundial (IGM) acaba por ter reflexos diretos na organização militar portuguesa. À semelhança da generalidade da sociedade portuguesa, os militares do Exército, divididos quanto ao intervencionismo no teatro europeu do conflito mundial e também nas suas aproximações às alas mais conservadora ou radical, sentem os efeitos da desagregação social, decorrente do aumento do custo de vida e do risco de serem levados para o desemprego.

A grande agitação política interna, sentida em Portugal entre 1919 e 1926, acaba por se interrelacionar com a organização militar, e fundamentalmente com franjas do Exército, que lutam partidariamente pela defesa dos seus interesses, com vitórias e derrotas sangrentas de parte a parte, gerando cada vez maior discórdia política, conflito social e agravamento das condições económicas. Externamente, Portugal também não consegue os seus objetivos, mesmo após participar na IGM ao lado dos vencedores: os despojos de guerra a receber são mínimos e o lugar pretendido na Sociedade das Nações, é oferecido à vizinha, e perigosa, Espanha. O perigo espanhol mantinha-se, a economia não suportava o acréscimo com as despesas militares e o financiamento garantido pela Inglaterra para o apoio à participação das forças portuguesas na IGM, tinha terminado. Finalizada a participação na guerra, era altura para reorganizar o Exército, mas sem custos acrescidos, incremento dos efetivos ou aquisição da tecnologia militar.

Seria assim, neste cenário tumultuoso que, com a experiência e os equipamentos adquiridos durante o conflito mundial, se edificaria a primeira organização do Exército Metropolitano Português (EMP), após a participação na IGM.

Este estudo enquadra-se num projeto promovido pelo Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (CISDI) na área temática *A conjuntura internacional e as consequências da participação militar portuguesa na IGM*. Este trabalho insere-se na linha de investigação número dois “História da participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial”, do Projeto de Investigação “A Conjuntura internacional e a participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial” submetido à Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da IGM, pelo ex-Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em dezembro de 2014<sup>1</sup>. Neste âmbito, o IESM/Instituto Universitário Militar, conta já com alguns estudos desenvolvidos

---

<sup>1</sup> Informação N.º26 de 2014 do CISDI.



e que abordam nomeadamente, o processo de geração de forças da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português (CEP)<sup>2</sup>, a evolução da doutrina de emprego das forças terrestres decorrente da participação de Portugal na IGM<sup>3</sup>, as alterações introduzidas no pensamento militar português no período entre as duas guerras mundiais<sup>4</sup> e o perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior na IGM<sup>5</sup>.

A relevância deste estudo justifica-se por existir a possibilidade de contribuir de uma forma mais abrangente para o Projeto de Investigação desenvolvido pelo IUM acerca d' "A Conjuntura internacional e a participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial". Assim, o seu progresso permitir-nos-á desenvolver aptidões, ao utilizarmos o princípio que o estudo da História contribui para a promoção do desenvolvimento intelectual, para a criação de hábitos de pesquisa, de seleção, sistematização, análise e interpretação da informação, para além de contribuir para um processo de redação mais coerente (Speller, 2011, pp. 6-7). Também ao estudarmos os fenómenos do passado poderemos ficar alerta "[...]para aspetos que foram importantes no passado e que podem ser igualmente importantes no presente." (GabHM/AEE/DE/IESM, 2013, p. 5) Finalmente, por entendermos que um estudo mais aprofundado acerca da história do Exército será uma das formas de devolver o sentimento de honra e de pertença aos militares, mantendo-os coesos nos momentos mais difíceis (Speller, 2011, p. 12).

Tendo sido definido como tema para o nosso trabalho, *A integração numa aliança como fator definidor da organização do Exército Português no período pós Primeira Guerra Mundial*, identificámos, como objeto da nossa investigação o *Exército Metropolitano Português*. Ao longo deste estudo, apresentar-se-ão as adaptações efetuadas à organização do EMP no pós IGM bem como as causas que deram origem a essas mesmas adaptações.

A investigação sobre o EMP delimitar-se-á: (i) ao intervalo temporal de 1919-1926, período após a IGM e durante o qual foram identificadas alterações à organização do Exército, existindo a hipótese de se ter de recorrer a períodos anteriores e/ou posteriores no sentido de justificar alguns acontecimentos da cronologia que elegemos; (ii) em termos espaciais, ao espaço europeu, onde as forças portuguesas combateram, inseridas numa

---

<sup>2</sup> Salvado, N.M.L.D., 2014. *Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português: Geração de Forças*: IESM.

<sup>3</sup> Ferreira, C.S., 2014. *A Doutrina e o Treino Militar na Primeira República: o Emprego de Forças Terrestres na Primeira Guerra Mundial*: IESM.

<sup>4</sup> Martinho, M.M.F., 2014. *O Impacto da Grande Guerra no Pensamento Militar Português*: IESM.

<sup>5</sup> Ribeiro, F.C.O., 2014. *O Perfil do Oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra*: IESM.



aliança com a Grã-Bretanha, e que se previa que fosse o Teatro de Operações<sup>6</sup> do conflito seguinte; (iii) conceptualmente, a investigação será inserida no campo da *organização militar*, nomeadamente à estrutura superior do Exército, à Divisão Territorial, ao Serviço Militar e às Armas de Artilharia, Engenharia e Aeronáutica e; (iv) quanto ao *corpus documental*, a fontes arquivísticas, consubstanciadas na documentação existente no Fundo Orgânico número seis (FO6), na primeira Divisão (1Div) e na terceira Divisão (3Div) do Arquivo Histórico Militar (AHM), e a outras não arquivísticas, nomeadamente a legislação, disponível em fontes abertas. Independentemente de existirem outros fatores ou dimensões influenciadores da reorganização do Exército Português no pós-guerra, interessa-nos deliberadamente isolar e identificar os que dizem diretamente respeito à perspetiva de integração numa Aliança.

Com base no anteriormente apresentado, determinámos como objetivo geral do nosso estudo a identificação das causas e das adaptações efetuadas à organização do EMP após a participação na IGM. Para atingirmos o objetivo geral definido, foram estabelecidos como objetivos específicos a identificação das causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM bem como a identificação das adaptações efetuadas à sua organização após a participação naquele conflito.

A fim de orientar o que se pretende alcançar nesta investigação e a atingirmos o objetivo geral, definimos como Pergunta de Partida (PP) *Em que medida as adaptações efetuadas à organização do Exército Português em 1926 foram consequência da integração de Portugal numa aliança para a participação na IGM?*. No sentido de fragmentar a PP de modo a prosseguir com uma investigação mais confinada, por partes, definimos as seguintes Perguntas Derivadas que nos orientarão, respetivamente, para os objetivos específicos acima apresentados: *Quais as causas na origem das adaptações à organização do EMP em 1926?* e *Como foram estruturadas as adaptações que deram origem à organização do EMP de 1926?* Mediante esta metodologia, conduziremos o nosso estudo, no âmbito da História Militar, utilizando um desenho de pesquisa histórica com recurso a uma estratégia de investigação de abordagem qualitativa recorrendo à recolha de dados através da análise de fontes, estudos e obras literárias.

O conteúdo do nosso trabalho será estruturado em cinco capítulos, antecidos da introdução. No primeiro capítulo, apresentaremos o percurso metodológico que adotámos

---

<sup>6</sup> Segundo Cabral (1932, pp. 9, 26), são regiões ou unidades geográficas naturais que se caracterizam por terem a mesma orogenia e uma constituição geológica mais ou menos uniforme e onde decorrem operações estratégicas, tendo por base a ação de Grupos de Exército e dos Exércitos isolados.



bem como efetuaremos uma crítica sucinta às fontes que utilizámos. No segundo capítulo enquadramos a época de 1919-1926 nas suas dimensões política, social e militar em análise. No terceiro capítulo, identificaremos as causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM. No quarto capítulo, apresentaremos aquelas que considerámos serem as principais adaptações efetuadas à organização do EMP de 1911 e que tomaram forma no EMP de 1926. Finalmente, no quinto capítulo, apresentaremos a origem das influências das adaptações efetuadas à organização de 1911, bem como fundamentaremos o que motivou cada uma delas, com vista a identificar como foram estruturadas essas mesmas adaptações. Encerraremos o nosso trabalho apresentando as conclusões, onde daremos resposta à nossa PP e enunciaremos os contributos deste trabalho para o conhecimento e as limitações encontradas durante a investigação.



## 1. O processo metodológico e crítica às fontes

Neste capítulo, descreveremos a forma como conduzimos o nosso processo metodológico, dividido em *definição do problema*, *heurística*, *análise* e *síntese* dos dados. Seguidamente, e de forma sucinta, apresentaremos uma crítica às fontes utilizadas, demonstrando de que forma todas elas se relacionam, permitindo-nos determinar o rigor do seu conteúdo.

Após um estudo aprofundado, considerámos que o conceito estruturante que nos guiará ao longo deste trabalho será o de *organização militar*. Assim, com recurso aos documentos da época em análise, circunscrevemos organização militar à estrutura militar hierarquizada, de um Estado, composta por unidades e estabelecimentos, necessários para a defesa do território e dos interesses nacionais, que recorrem a processos de recrutamento, mobilização, instrução e preparação para garantir em permanência um conjunto de capacidades que lhes assegure a prontidão e o nível de resposta adequado para o cumprimento das suas missões (MG, 1911, pp. 2138-2139; MG, 1926b, pp. 913-914).

Para a elaboração deste estudo, efetuado no âmbito da História Militar mediante um desenho de pesquisa histórica, utilizaremos uma estratégia de investigação de abordagem qualitativa recorrendo à recolha de dados através da análise de fontes, estudos e obras literárias.

O nosso processo metodológico foi iniciado com a definição do problema, para tal, analisámos um conjunto de trabalhos académicos do IESM, dissertações de mestrado, atas de conferências e obras de historiadores acerca do EMP e sobre a participação na IGM. Ainda com vista à definição do problema, efetuámos duas entrevistas exploratórias, uma ao Coronel Correia Neves, do IUM, e outra ao Professor António Telo, da Academia Militar. Efetuadas as entrevistas e consultados os estudos, tornou-se possível identificar a época à qual o estudo deveria ser delimitado bem como foram identificados outros estudos e fontes relevantes que deviam ser alvo da nossa análise, tais como os volumes coordenados por Ramires de Oliveira sobre a História do Exército Português e os Decretos do Governo, referentes às organizações do Exército, antes e após a participação de portuguesa na IGM. Encontrámos ainda um conjunto de indícios no corpo dos estudos e na sua bibliografia que nos encaminharam para algumas das fontes, nomeadamente no AHM. Ainda, nesta fase procedemos à delimitação das fontes a analisar, pelo que esta foi efetuada ao AHM e ao conteúdo de três dos seus Fundos/Divisões, onde se esperava encontrar informação referente à organização do EMP de 1926.



A heurística, já iniciada no passo anterior, desenvolveu-se pela pesquisa das fontes no AHM, nomeadamente no Fundo Orgânico número seis, da primeira e terceira Divisões (Tabela 1 – Fontes do Arquivo Histórico Militar). No FO6, onde seria expectável encontrar informação sobre a reorganização do Exército de 1926 e sobre o estado de eficiência do Exército de 1924, acabámos por encontrar uma comunicação em que tinham sido remetidos para Portugal manuais militares com informação sobre rádios, armamento, treino e procedimentos táticos do Exército inglês. Na 1Div, encontrámos correspondência entre os Adidos Militares em Paris e Londres e o Estado-Maior do Exército (EME) e o Ministério da Guerra (MG), referentes aos anos entre 1921 e 1923, que abordavam particularidades que se viriam a refletir na reorganização de 1926. De Inglaterra, teriam sido enviadas as bases gerais da organização do Exército inglês em 1922, com informação relevante sobre o seu modelo de prestação de serviço militar. À França, ter-se-ia solicitado legislação sobre a educação física, a instrução militar preparatória e a organização do arquivo histórico francês. Na 3Div, encontrámos o terceiro relatório da Comissão de Estudos de Reorganização (CER), de 1922, com informação referente às bases para organização do Exército em tempo de paz. Outras fontes, de carácter não arquivístico, que também serviram de base para este trabalho foram o conjunto de Decretos do MG, responsáveis pelos processos de reorganização do Exército, ou pela promoção desse mesmo processo dos quais destacamos o Decreto N.º122, de 26 de maio de 1911, que estabeleceu a Organização Geral do Exército e o Decreto 11:856, de 07 de junho de 1926, com umas novas Bases para a Organização do EMP.

A continuação do processo heurístico manteve-se com ênfase para o conteúdo de estudos e outras obras literárias que nos permitiram enquadrar as fontes. De forma a permitir uma correta contextualização na época em estudo utilizámos fundamentalmente os Decretos de 1911 e 1926 bem como obras literárias de Ana Catarina Pinto, António Duarte António Telo, Douglas Wheeler, Luís Matos, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Rui Ramos e um conjunto de volumes coordenados por Ramires de Oliveira sobre a História do Exército Português para o período de 1910 e 1945.

Analisados os dados retirados das fontes, dos estudos e das obras literárias procedemos à elaboração da crítica às fontes, que apresentamos ainda neste capítulo.

Numa fase conclusiva, procedemos à síntese dos dados através da elaboração de uma narrativa que se apresenta através da redação do presente trabalho.



Relativamente às fontes, a maioria das por nós utilizadas não nos parece carecer de qualquer tipo de crítica, pois são trocas de correspondência enviando e solicitando documentação. Além da linguagem telegráfica que apresentam, mediante a nossa análise, não se apresentam eivadas de qualquer tipo de posicionamento pelo conteúdo simples da sua redação. Apesar do anteriormente apresentado, a sua importância torna-se fundamental para a elaboração deste nosso estudo pois a solicitação, e declaração de envio, de legislação, regulamentos e doutrina acaba por encontrar par em várias das *Bases* do Decreto N.º 11:856, de 1926.

Quanto às fontes não arquivísticas, e mais particularmente quanto ao Decreto N.º 122, de 1911, respeitante à Organização Geral do Exército, a sua redação apresenta-nos uma visão muito pejorativa da organização Exército no tempo da monarquia. O redator acusa o Exército de servir como a *guarda pretoriana* do regime monárquico, acusando-o de ser uma *organização combalida*, que carecia de ser *refundida* e de onde será necessário *remover a velha rotina e introduzir novos princípios*. Ao apresentar esta caracterização, o redator do documento parece esquecer que um Exército é formado por pessoas, e que muitas delas, em 1911, são as mesmas que constituem o EMP antes de cinco de outubro de 1910. Assim, colocamos em causa a veracidade de alguns dos argumentos apresentados, face aos preconceitos ideológicos apresentados nesta fonte, pelo que a utilizaremos com esta salvaguarda.

Torna-se relevante referir que, após o final da IGM, o EME, através da sua 1ª Direção, cria a CER, presidida por Sinel de Cordes. Os trabalhos desenvolvidos pela comissão por si liderada são, inicialmente, transformados nas *Bases para a Organização do Exército em Tempo de Paz* e, posteriormente, na *Organização do Exército Metropolitano*, ambas de 1926, enquanto Sinel de Cordes desempenhava as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e cumulativamente de Ministro das Finanças. Tendo desempenhado funções como Chefe do Estado-Maior do CEP, Sinel de Cordes era profundo conhecedor dos modelos que os exércitos francês e inglês utilizaram durante a IGM, permitindo-nos deduzir que a sua experiência na guerra acaba por influenciar a condução dos *Estudos de Reorganização*, bem como, posteriormente, acabou por condicionar a implementação da organização de 1926, onde possui cargos de liderança política e militar.



## 2. Caracterização da época 1919-1926

Importará desta forma perceber de que forma se estabeleceram as relações entre a governação e a instituição militar, bem como quais foram os seus reflexos e condicionamentos impostos pela sociedade da época.

A revolução de cinco de outubro de 1910 traz para Portugal os ideais republicanos originários de França, sendo o seu reflexo mais evidente na instituição militar, e na sua reorganização de 1911, a substituição de um Exército permanente por um Exército de *massas*, do qual desapareceriam os “[...]privilégios e as exceções.” dando assim afirmação a proclamados valores como o da igualdade (Oliveira, 1995, p. 26). A introdução de novos princípios, de forma a atualizar e integrar as instituições militares na organização republicana, fundamenta-se na afirmação da incapacidade do modelo monárquico satisfazer a missão da defesa nacional, bem como de que o modelo dos exércitos permanentes já não era sustentável nem adequado (MG, 1911, p. 2137-2138). Esta seria a estrutura que se iria manter durante o período da IGM e que apenas viria a ser alterada pelo novo governo que entraria em funções após a revolta militar de 28 de maio de 1926.

Com base neste enquadramento temporal, iremos, de uma forma sumária e sem a profundidade historiográfica proporcionada pelas várias obras consultadas, caracterizar a época de 1919-1926 nas suas dimensões política, social e militar, de forma a que nos seja possível sustentar as causas e as consequências das adaptações efetuadas ao EMP no pós IGM.

### 2.1. A política

O período temporal em análise surge na sequência de uma alteração de um sistema de liderança monárquico para um sistema político republicano, ainda instável<sup>7</sup>, e imediatamente antecedido pela participação de Portugal no primeiro conflito de escala mundial, com todas as consequências inerentes a essa participação sejam elas do ponto de vista da estabilidade governativa, económica, social e militar.

De forma inusitada, a revisão constitucional de 1919 acabou por contribuir para a instabilidade governativa, uma vez que conferiu ao Presidente da República autoridade para dissolver o parlamento antes do final do seu mandato, o que veio a acontecer por diversas vezes (Wheeler, 1978, pp. 175-176).

---

<sup>7</sup> Entre 1919 e 1926 tomaram posse 27 governos e cinco Presidentes da República e foram efetuadas inúmeras revoltas (Oliveira, 1993b, pp. 22-26).



Conforme apresentado por António Telo (2014, p. 10), de um ponto de vista macro, o período 1919-1926 pode ser apelidado de “[...]período de guerra civil intermitente.” pois o recurso à violência organizada é uma das formas pelas quais sistematicamente a sociedade recorre para resolver os problemas. Esta conduta, é fruto da descrença que existia na liderança política da nação, facilmente identificável pelas inúmeras sublevações efetuadas, pela incapacidade dos governos terminarem os seus mandatos e pela manutenção de exércitos ilegais por parte das organizações políticas. Face ao ambiente vivido, a resposta do Estado para impor a ordem e garantir a unidade nacional, continuou a ser o recurso à violência.

Podemos assinalar que os acontecimentos políticos, mais relevantes, que circunscrevem este período são o *assalto monárquico a Monsanto*<sup>8</sup>, de 22 a 24 de janeiro de 1919 e o golpe militar de 28 de maio de 1926<sup>9</sup>, liderado por Gomes da Costa que viria a ser o Chefe do Governo que aprovaria a organização do Exército, promulgada em sete de julho do mesmo ano, sendo preso dois dias depois (Oliveira, 1993b, pp. 22-25). Durante estas datas regressa ao poder o Partido Republicano Português remetendo os desígnios da nação para os traços originais da república instaurada em 1910, passando a ser identificada como a “Nova República Velha” (Pinto, 2011, pp. 7-9).

O período entre 1919 e 1922 caracteriza-se inicialmente pelo estabelecimento de um novo modelo económico e político pós participação na IGM, que colocaria em confronto dois blocos políticos e sociais antagónicos, os conservadores e os radicais, sendo a convulsão social amenizada por alguma prosperidade económica que permitiu a estabilidade da situação do país (Oliveira, 1993b, p. 251).

Mais vincadamente, esta época fica politicamente marcada por uma metamorfose no republicanismo instaurado, abrindo uma nova época política, a modernização política da sociedade portuguesa com a criação das alas da direita e da esquerda. A clivagem política entre ambas as divisões deve-se fundamentalmente à forma como estas entendiam que deveria ser distribuída a riqueza, num período de desequilíbrio socioeconómico,

---

<sup>8</sup> Este acontecimento reporta-se à revolta monárquica que decorreu em Lisboa liderada pelo *Lugar-Tenente do Rei*, Aires de Ornelas, na sequência da revolta monárquica do Norte que levou Paiva Couceiro à chefia da Junta Governativa Provisória. No final de três dias de combate entre unidades militares e civis armados na região de Monsanto as forças republicanas cercaram os revoltosos, levando os principais chefes políticos e militares dos revoltosos a renderem-se, frustrando assim mais uma tentativa do restabelecimento do regime monárquico (Oliveira, 1993b, pp. 255-256).

<sup>9</sup> Este fenómeno anunciado, fruto de uma conspiração alongada, força o governo à demissão e estabelece a Ditadura Militar entre 1926 e 1933 com o objetivo de estabelecer um “[...] governo nacional e não partidário.” como forma de expressar os “[...] interesses reais e permanentes de Portugal” (Wheeler, 1978, pp. 260-266; Ramos, 1994, p. 613).



exponenciada no período pós IGM, entre a classe trabalhadora e os possidentes. A primeira, identificada como conservadora, apoiava as suas políticas no restabelecimento das condições de riqueza do país, enquanto a segunda tendia para a redistribuição dos ganhos do trabalho. A ala da esquerda, apelidada de radical, apoiava a constituição de um estado-social com políticas limitadoras das liberdades económicas visando o equilíbrio social. Já a ala direita acabou por encontrar solução para a sua manutenção através do autoritarismo, antidemocrático e antiparlamentarista (Pinto, 2011, pp. 117-118).

Também o período entre 1919 e 1921 foi marcado pela tentativa de reposicionamento do bloco político ao centro com a adoção de um conjunto de medidas, pela liderança mais conservadora, que visaram a melhoria no equipamento e alargamento dos efetivos da Guarda Nacional Republicana<sup>10</sup> (GNR), bem como beneficiar o movimento operário e a burguesia industrial e comercial, associada à indústria, através de medidas como o estabelecimento de um horário de trabalho de oito horas diárias como forma de restabelecimento da paz rompida pela IGM (Pinto, 2011, pp. 49, 56-70). Ainda em 1921, e fruto da sublevação *outubrista* por parte de forças identificadas como radicais, dá-se a *noite sangrenta*<sup>11</sup> gerada como forma de obstruir a aplicação de um programa de governo mais conservador e que acaba com a perda do apoio populacional à ala radical, fruto da violência gerada por esses elementos (Pinto, 2011, p. 99).

Entre 1922 e 1925, a divisão entre os blocos conservador e radical acentua-se com a implementação governativa da visão económico-financeira do último, embora não existisse predomínio de qualquer um dos dois (Oliveira, 1993b, p. 251).

Apesar das diferenças, existia uma transversalidade ideológica relativa a um conjunto de medidas políticas das quais se destacamos a preocupação com o desenvolvimento do país, a manutenção dos territórios ultramarinos e da aliança inglesa. A ineficácia do sistema político era bem vincada através do funcionamento do parlamento. Este era regularmente bloqueado pela desadequação ou incumprimento do regimento da câmara dos deputados, levando a que a ação governativa fosse inconsequente (Pinto, 2011, pp. 20-29).

---

<sup>10</sup> Restruturada em dez de maio de 1919 com o objetivo de garantir uma força armada, inequivocamente, pró-republicana, acabou por se tornar um corpo de “fé republicana” anti-conservador, braço armado do bloco identificado como radical, levando à queda de inúmeros governos e permitindo inclusivamente que o seu Chefe de Estado-Maior, Liberato Pinto, chefiasse um governo entre 30 de novembro de 1920 e dois de março de 1921 que, posteriormente, levaria à sua exoneração como forma de contenção dos ânimos conservadores (Pinto, 2011, pp. 49-51).

<sup>11</sup> Revolta de forças radicais pertencentes à GNR, à Marinha, à Polícia e outros grupos políticos radicais bem como pela população que os apoiava, que culminou com várias mortes violentas de elementos ligados à ala conservadora do parlamento, nomeadamente a do Chefe de Governo António Granjo, em 19 de outubro de 1921 (Pinto, 2011, p. 70).



Entre 1919 e 1921, foram implementadas medidas como a desvalorização da moeda, com vista a facilitar o incremento das exportações. Este ato teve reflexo direto sobre as classes assalariadas, com vencimentos fixos, como os funcionários públicos e os militares, e para quem a subida do custo de vida acabou por exponenciar a sua radicalização. Este tipo de medidas terá de algum modo contribuído para um maior envolvimento do corpo de oficiais gerais nos partidos políticos, que acabariam por condicionar a autonomia governativa e que culminaria com a intervenção das Forças Armadas<sup>12</sup> (FFAA) na sublevação de 18 de abril de 1925<sup>13</sup> (Pinto, 2011, pp. 35-38)

O período entre 1925 e 1926 caracteriza-se pela sua evolução pré-revolucionária, uma vez que é neste período que são julgados e absolvidos os principais envolvidos na sublevação de 18 de abril, demonstrando a tolerância que existia relativamente a qualquer alteração da situação política. O desempenho do papel histórico do Exército nos destinos da nação, aliado ao sentimento generalizado de descrédito no sistema de partidos políticos por parte da classe média, levou a que o Exército, fundamentalmente conduzido pelo conjunto de oficiais mais jovens que tinham participado na IGM, desempenhasse um papel unificador e se apresentasse como o último bastião da independência sendo assim um elemento fundamental para o renascimento nacional (Oliveira, 1993b, pp. 287-290). Com o agravamento da situação financeira interna, fundamentalmente devido aos problemas com as colónias, uma espécie de oportunismo político acercou a oposição conservadora e monárquica que encontrou maior possibilidade de vitória política se colaborasse com os militares em detrimento de novo recurso a eleições (Wheeler, 1978, pp. 238-241).

## **2.2. A sociedade**

Com o final da IGM, a sociedade portuguesa caracterizava-se pelo descontentamento generalizado da população, gerado pela insatisfatória resposta do regime ao agravamento das suas condições de vida, e pela subsequente campanha reivindicatória e conflitos desencadeados entre a população dos campos e das cidades. As manifestações de insatisfação pela governação e as greves assolavam todo o país, levando a que o governo optasse pelo método repressivo para manter a estabilidade, através da força armada e

---

<sup>12</sup> Com a utilização deste termo, de carácter anacrónico, referirmo-nos ao conjunto de forças militares pertencentes ao Ministério da Marinha e ao MG, nomeadamente à Marinha e ao Exército, Metropolitano e Colonial.

<sup>13</sup> Revolta Militar liderada por Sinel de Cordes que decorreu em Lisboa entre 18 e 19 de abril de 1925. Os revoltosos, que acabaram por se render após se encontrarem sitiados e em inferioridade numérica e bélica, tinham como objetivo a demissão do governo de Vitorino Guimarães e a sua substituição por outro chefiado por Filomeno da Câmara, no qual estaria prometida a Sinel de Cordes a função de Ministro da Guerra (Oliveira, 1993b, p. 287).



encerramento de associações de trabalhadores, como a União Operária Nacional (Pinto, 2011, pp. 31-32, 39).

Por outro lado, em 1919, os democratas, após assumirem a maioria dos deputados no parlamento, recompensam os seus apoiantes, militares e civis, através de promoções e nomeações para a função pública com o correspondente aumento salarial, indiciando uma separação que se confirmaria nos anos posteriores, tanto na sociedade como geograficamente. Só neste ano, no mês de maio, o *devorismo*<sup>14</sup> beneficiou 17.000 democratas na cidade de Lisboa (Wheeler, 1978, pp. 180-184).

Também um dos fatores indissociáveis desta época, pelos reflexos que teve na generalidade da população e principalmente nos trabalhadores com rendimento fixo, foi o aumento da inflação. Portugal tornava-se um dos países da Europa com a inflação mais alta sendo somente ultrapassado pela Alemanha e pela Áustria. A inflação, associada à desvalorização cambial, encaminhou para o empobrecimento muitos dos funcionários do Estado, nomeadamente os oficiais superiores que viram o seu poder de compra reduzido para metade como poderia ser facilmente observável através do aumento do custo de vida em dez vezes, entre os anos de 1914 e 1921, isto apesar dos seus salários terem sido aumentados seis vezes. Apesar destas dificuldades foi possível a alguns comerciantes lucrarem, vendendo os seus produtos a preços elevados, pois as dificuldades de importação eram cada vez maiores, fruto da desvalorização do escudo face à libra, mesmo com o desbloqueamento dos transportes internacionais após o armistício. Assim se desenvolveram duas versões opostas das medidas políticas que se encontravam a ser desenvolvidas no pós-guerra uma que empobrecia a generalidade da população e outra que enriquecia as elites económicas, gerando uma clivagem dos agentes sociais à esquerda e à direita (Ramos, 1994, pp. 597-599).

Outro dos fenómenos que também se destaca na sociedade desta época relaciona-se com a segregação que foi efetuada com base na alfabetização dos eleitores, sendo que foram, na generalidade, excluídos do acesso ao sufrágio universal os trabalhadores do mundo rural e o operariado<sup>15</sup>, que conseqüentemente não teriam qualquer tipo de intervenção nas decisões políticas, tal como durante a monarquia (Pinto, 2011, pp. 15-16).

---

<sup>14</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>15</sup> Em 1911, neste sistema de sufrágio restrito, apesar de poderem ser analfabetos, não estavam excluídos de poder votar os chefes de família. Também a alfabetização de alguns operários das áreas urbanas já não era inédita fruto das iniciativas das associações de trabalhadores e dos aparelhos escolares próprios. Já a partir de 1913 as restrições de acesso ao voto foram também estendidas aos chefes de família analfabetos e explicitamente às mulheres (Pinto, 2011, pp. 23-24).



Fruto destas limitações em poder intervir no processo político nacional, o povo, apoiado por outras correntes ideológicas políticas ou religiosas interessadas na alteração do poder, recorre à violência e apoia os golpes políticos armados como forma de poder demonstrar a sua opinião e consequentemente “[...]forçar a porta do poder[...]” (Pinto, 2011, pp. 24-25).

A desilusão com o instável projeto republicano, associada às difíceis condições de vida dos trabalhadores rurais e do operariado, levaram a que não tenha havido resposta popular ao golpe de 28 de maio de 1926, ao contrário do que se tinha passado em janeiro de 1919 (Pinto, 2011, p. 33).

### **2.3. O instrumento militar**

Com o fim da IGM, e face às dificuldades económicas sentidas pelo fim do apoio inglês a Portugal, as estruturas militares teriam de manter as bases técnicas e organizacionais que tinham desenvolvido durante a guerra junto dos seus aliados ingleses, tendo como exemplo o aumento das unidades de metralhadoras ou o desenvolvimento de unidades de formação de condutores de veículos automóveis. Também as dificuldades económicas, juntamente com a barreira dos acordos estabelecidos com Inglaterra para o desenvolvimento e apoio ao CEP, acabariam por justificar o não desenvolvimento de algumas das capacidades militares tais como as unidades de Artilharia Pesada<sup>16</sup> ou Anti-Carro<sup>17</sup> (Telo, 2004, pp. 388-390).

Depois de ter tido um papel preponderante como promotor da política externa do Estado Português durante e após a IGM, independentemente das condições estabelecidas para a avaliação do sucesso dessas mesmas campanhas, o Exército vê-se diminuído face à reestruturação de 1919 da GNR. A reestruturação de 1919 garante à GNR a posse de armamento pesado e de peças de Artilharia que acabaram por causar a incapacidade de reação do Exército a acontecimentos como o da *revolução outubrista*. Sob a forma apaziguadora, de ao mesmo tempo promover uma paz situacional causada pela morte do anterior Chefe do Governo, António Granjo, e de retirar o apoio armado ao bloco mais radical, o governo em funções em 1922, liderado por António Maria da Silva, reorganiza a

---

<sup>16</sup> Apesar de Portugal ter constituído unidades de Artilharia Pesada integradas no Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) equipadas com modernas armas de 190, 240 e 320mm, estas foram somente utilizadas em França nas últimas semanas na guerra pelo que os ingleses não permitiram que este armamento regressasse a Portugal juntamente com os militares, deixando assim uma lacuna em termos de Artilharia de *calibre grosso ou de exército* na corrente e na futura organização do Exército de 1926 (Telo, 2004b, p. 389;MG, 1926a, p. 710).

<sup>17</sup> O não desenvolvimento desta capacidade levou a que adequações doutrinárias fossem efetuadas com o emprego, em caso de necessidade, das peças de Artilharia contra meios blindados (Telo, 2004b, p. 390).



GNR. Através da destituição das suas tropas de Artilharia, da dispersão das suas forças pelas províncias e da redução do seu armamento pesado e dos seus efetivos, o governo repõe a supremacia do Exército, criando assim parcialmente condições para terminar com a oposição armada de peso das intencões conservadoras, conforme se veio a confirmar por inúmeras vezes entre 1923 e 1926<sup>18</sup> (Pinto, 2011, pp. 99-101).

No período entre 1911 e 1926, foi tentada uma reorganização, em 1925, através da publicação de umas novas *bases para a reorganização* (MG, 1925). Estas visavam fornecer o máximo de força às FFAA em tempo de guerra e a sua redução a um pequeno núcleo, com a inerente redução na despesa, em tempo de paz (Oliveira, 1995, pp. 38-39). A reorganização de 1925 viria a não ter aplicabilidade, esta era um modelo de incoerência e hesitação, que visava apenas tranquilizar um corpo de oficiais que procuravam a melhoria das condições de vida e a modernização do Exército (Telo, 1984, pp. 158-162; Oliveira, 1995, p. 39).

Concorre para esta afirmação, verificável através dos relatórios da CER de 1922, liderada por Sinel de Cordes, a discordância de modelos existentes entre o que se encontrava a ser estudado no Exército e o que viria a ser publicado em 1925 (EME, 1922b; EME, 1922c; MG, 1925). As bases publicadas em 1925 não iam ao encontro do resultado dos trabalhos que se encontravam a ser efetuados no EME, pela CER, antes dessa data, e cujos desenvolvimentos eram do conhecimento do MG (EME, 1922b). Estes estudos haveriam de ser úteis num futuro próximo, na organização do Exército de 1926.

Um dos aspetos que acabou por acompanhar todo o período desde o final da IGM até 1926, estava relacionado com a figura dos oficiais milicianos. Apesar de contrariar a organização de 1911, os sucessivos governos foram permitindo que os oficiais milicianos engrossassem o quadro de oficiais do Exército, em oposição aos militares das restantes categorias que, após a guerra, foram sendo desmobilizados. Às dificuldades económicas que os oficiais foram sentindo pela degradação da sua condição social inerente à redução do poder de compra, apesar dos seus salários terem sido aumentados em linha com o aumento da despesa no MG, associou-se a este clima de instabilidade *social militar* a incorporação dos oficiais milicianos no quadro permanente do Exército<sup>19</sup>, estes que ao

---

<sup>18</sup> São exemplo as investidas efetuadas, sem qualquer efeito prático pelos conservadores, pelo movimento revolucionário de dez de dezembro de 1923, o assalto ao Forte da Ameixoeira em 12 de agosto de 1924 ou o Movimento de Almada em dois e três de fevereiro de 1926, este último através da sublevação de forças da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas (Pinto, 2011, p. 101).

<sup>19</sup> Medida tomada através de um Decreto do governo republicano Carlos Maia Pinto de 23 de novembro de 1921 mediante a qual os oficiais milicianos que tivessem sido louvados, condecorados, feridos em campanha



abrigo na organização de 1911, apenas seriam convocados em caso de guerra e seriam posteriormente desmobilizados. Esta insatisfação com a igualdade em termos de vencimentos, associada às reduzidas qualificações e responsabilidades atribuídas aos oficiais milicianos, culminaria em 28 de maio de 1926, com tomada do poder e a expulsão da maioria dos 1900 oficiais milicianos existentes (Carrilho, 1985, pp. 241-244; Wheeler, 1978, pp. 196-215).

#### **2.4. Síntese Conclusiva**

Aceitaremos a classificação de um período de *guerra civil intermitente* para o período que medeia 1919-1926. As inúmeras alterações ao nível político, motivadas ou não pelas sublevações militares, permitem que apenas fossem tomadas medidas de curto prazo.

A grave crise socioeconómica, gerada após a participação na IGM, acaba por dividir a população, entre patronato e trabalhadores ou entre o meio rural e o cidadão. Estas divergências agravam a tensão política, obrigando à tomada de mais medidas de curto prazo.

Esse conjunto de medidas é facilmente verificável através da forma rápida com que os governos procuram estabilizar a sociedade, responsável pela produção de produtos e bens e pelo lucro, pelas medidas de transformação de uma *Guarda* que permitisse a estabilidade governativa ou até pela implementação, frustrada, de medidas de *tranquilização* para com um Exército cujas lideranças se encontravam revoltadas com o processo político.

No final deste período de discórdia, Portugal necessitava de se afastar das políticas contraditórias e renascer como uma nação unida. Este renascimento, centrado nas questões nacionais, foi promovido pelos jovens oficiais que participaram na IGM e que aplicaram os conhecimentos trazidos do conflito na área militar.



### 3. As causas das adaptações à organização Exército no pós IGM

Em sete de julho de 1926 entrava em vigor uma nova organização para o EMP. A esta data, tinham passado cerca de 16 anos desde a implantação da República e também cerca de dez anos desde que Portugal tinha precipitado a sua beligerância<sup>20</sup> na IGM, no teatro de guerra europeu, mediante o apresamento de navios alemães e austríacos<sup>21</sup> que se encontravam em portos nacionais. Já bastantes anos tinham passado desde o início da liderança por parte de um novo regime governativo, permitindo que as suas decisões sobre a nova organização militar 1926 refletissem as suas convicções assentes na experiência da condução da guerra, isoladamente nos territórios africanos e integrada numa aliança em território europeu. Com base neste cenário político e militar, iremos seguidamente identificar quais as causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM.

#### 3.1. As bases da organização do Exército de 1911

Com a implantação da República, em cinco de outubro de 1910, o novo governo republicano vê por necessário modificar e atualizar as instituições militares com vista a restaurar um Exército que “[...]estava muito longe de satisfazer a sacratíssima missão da defesa da pátria[...].” (MG, 1911, p. 2138).

Em 25 de maio de 1911, entra em vigor a primeira organização do Exército de génese republicana, influenciada pela existente na Suíça com bases milicianas (MG, 1926a, p. 706) que tinha como propósito reduzir o número de militares profissionais nos quartéis e eliminar a velha rotina, introduzindo novos princípios. Desta forma, termina-se com *guarda pretoriana*, o Exército permanente da monarquia que sustentava o seu regime pela força das baionetas, cuja organização militar era identificada como ultrapassada e desadequada face aos exércitos da época (MG, 1911, p. 2138).

Ao contrário da base miliciana da organização do Exército 1911, o modelo organizacional instituído pela monarquia não conseguia promover a implementação dos mais recentes desenvolvimentos organizacionais, que tinham ocorrido nas principais potências militares europeias, como a Inglaterra e a França, pois estes implicavam a constituição de um exército de cidadãos, o estabelecimento de um regime de uma nação em armas, que se identificava como uma ameaça à integridade do regime monárquico e das suas políticas, fruto da sua aproximação à genética republicana. Com estas novas bases o

---

<sup>20</sup> Numa alusão ao confronto entre os dois *blocos* políticos no seio do Partido Democrático – os *guerristas* e os *antiguerristas* (Telo, 2014, pp. 10-13).

<sup>21</sup> Oliveira a (1994, p. 38) apresenta que foram apresados um total de 72 navios, entre alemães e austríacos.



governo pretendia organizar uma força convenientemente armada e preparada para receber qualquer agressão, tornando-a capaz de garantir a integridade territorial e as inerentes defesa da liberdade e independência nacional (MG, 1911, p. 2138).

Para isso, o governo, expectante do progresso da nação, efetua uma aproximação a países mais evoluídos militarmente, como os Estados Unidos da América (EUA) ou a França, com vista a obter maior rendimento das capacidades do Exército num momento em que a independência nacional possa estar em perigo. Seguindo o exemplo dos EUA, o país que “incontestavelmente” mais se tinha dedicado à organização defensiva das costas, na organização de 1911 o serviço de torpedeiros é transferido da arma de Engenharia para a arma de Artilharia. Seguindo a corrente que se repercutiu em diferentes nações da Europa e desenvolvida sucessivamente pela França, procede-se ao aperfeiçoamento da organização e dos serviços da Administração Militar, passando unicamente de serviços de guarnição, fundamentalmente destinados à escrituração e à contabilidade, para também a criação de serviços de campanha com vista a apoiar a guerra e a preparação para a guerra (MG, 1911, pp. 2137-2138).

Após a assinatura do armistício, no final da IGM, a então reduzida participação portuguesa desfilou com os seus aliados em Paris, sendo essa a única vitória que pôde ser comemorada pelo poder político, pois a situação política, económica e financeira de Portugal tinha-se agravado desde o início do conflito. Esta degradação das condições nacionais fica bem patente no esforço efetuado pelas delegações portuguesas na Conferência de Paz, onde o foco passou a centrar-se sobre as questões económicas e financeiras, como o direito ao acesso às indemnizações de guerra por parte da Alemanha e pelo não pagamento das dívidas de guerra. Mesmo tendo em consideração a opção política pela redução da participação nacional<sup>22</sup> no esforço de guerra no teatro europeu, de um corpo expedicionário para uma Divisão, com a consequente subordinação tática dessa Divisão ao comando inglês, e também, apesar da destabilização da frente de combate e o recuo das forças aliadas ter acontecido em nove de abril no setor português em *La Lys*, fruto da incapacidade das forças portuguesas em parar o avanço alemão, as forças portuguesas ficam a pertencer ao grupo dos vencedores da IGM, ainda que *no papel*. Esta participação, apesar de vitoriosa, acabou por se pagar com a vida de inúmeros militares, com uma enorme dívida e com uma crise interna que acabaria por se prolongar (Teixeira, 1998, pp. 67-68; Pires, 2011, p. 18).

---

<sup>22</sup> Mediante a assinatura de uma nova convenção com a Inglaterra em janeiro de 1918 (Teixeira, 1998, p. 67).



Com o fim da IGM, torna-se premente para o governo português garantir a hegemonia territorial portuguesa na Europa e em África. No entanto, aproxima-se do fim o tempo em que a guerra era travada, quase na exclusividade, por unidades de Infantaria apeada apoiadas por unidades de Artilharia, ditando que poderá não existir uma nova hipótese para demonstrar a “unidade republicana e a capacidade do novo regime português” (Oliveira, 1993b, p. 164) recuperar o prestígio no seio do concerto das nações, com o acesso ao Conselho Executivo da futura Sociedade das Nações. Este prenúncio deve-se aos escassos recursos nacionais, militares e económicos, fazerem prever a incapacidade do Exército poder atuar em autonomia e permitir a consolidação do modelo Republicano (Oliveira, 1993a, p. 240)

Em finais de 1918 o país urge em se legitimar junto dos restantes estados europeus de forma a garantir mais-valias, nomeadamente parte do espólio de guerra e, fundamentalmente, a manutenção da soberania e integridade dos territórios ultramarinos, justificando assim a sua entrada na guerra em território nacional. A perspetiva de que a futura relevância individual estaria comprometida, fruto das dificuldades económicas que impediriam o Exército de atuar em autonomia numa futura guerra, indicia que algumas adaptações teriam de ser efetuadas para reforçar a proximidade dos países aliados e afastar “a permanente ameaça” espanhola (Oliveira, 1995, p. 12).

Passados alguns anos, essa mesma ameaça ainda não tinha desvanecido e apresentava-se como alvo de preocupação a todos os níveis. Enquanto apresenta algumas críticas pela não execução das *manobras de outono*<sup>23</sup>, fruto das deficientes *escolas de recrutadas* e das inexistentes *escolas de quadros*, Monteiro (1925, pp. 651-653) propõe um novo modelo formativo, onde os militares menos aptos para o desempenho de atividades de responsabilidade militar, eram utilizados em tarefas paralelas, como o serviço interno das unidades. O propósito deste empenhamento visava maximizar o tempo e melhorar o treino, entre os militares milicianos e os do quadro, para que o EMP se encontrasse o mais apto possível para fazer face ao “[...]inimigo provável, a Espanha.” (Monteiro, 1925, p. 657).

Já no ano em que viria a entrar em vigor a nova organização do EMP, após a participação na IGM, também Leite (1926, p. 143) apresenta que a futura organização do EMP deve corresponder às hipóteses mais prováveis e perigosas de guerra, aos efetivos mais prováveis do inimigo e à diferente densidade populacional de Portugal, face ao

---

<sup>23</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.



inimigo mais provável, a Espanha. Para tal, uma futura organização deveria ser baseada na melhoria da instrução e do armamento de forma a “[...]compensar a inferioridade moral produzida pela inferioridade numérica.” (Leite, 1926, p. 146).

### **3.2. A organização de 1926**

A organização do Exército que entra em vigor cerca de um mês depois do golpe militar de 28 de maio de 1926, preparado pelo General Sinel de Cordes, tem como objetivo, segundo Oliveira (1995, p. 14), promover a modernização do Exército, carecido de urgentes reformas globais ainda não efetuadas desde a Grande Guerra.

Em sete de julho de 1926, são publicadas no Diário do Governo as bases para a nova organização do EMP que viria ser publicada em dois de agosto do mesmo ano através do Decreto N.º 12:017 do MG. Estas serviriam de suporte para a organização de um exército em tempo de paz a partir do qual se constituiria um exército de campanha mais vocacionado para as guerras modernas, tanto ao nível da organização das subunidades como ao nível da metodologia de mobilização de pessoal. Nessas mesmas bases o governo anuncia que esta reorganização não será perfeita e que a mesma estaria sujeita a condicionantes de ordem económica, financeira e interna e externa (MG, 1926a, p. 706-707).

Para tal, esta reorganização baseou-se na organização de 1911, e conforme apresentado na sua Base I para a reorganização, introduzindo apenas algumas alterações “[...]na tecnologia e na ordem por que são enumerados os diferentes elementos do exército[...]”(MG, 1926a, p. 707). Algumas destas alterações eram visíveis pela criação das Baterias Antiaéreas, das Companhias de Mineiros ou pela introdução dos calibres médios na Artilharia pesada de campanha bem como pela reordenação da antiguidade das Armas e Serviços, passando esta a atender à importância das armas para o combate (MG, 1926a, p. 706-711) e tornando a Infantaria “[...]a arma preponderante, a arma decisiva, a arma principal dos exercitos, a proclamada *rainha das batalhas*.” (Beça, 1922, p. 142) (

Tabela 2 - Antiguidade das Armas e Serviços).

A reorganização de 1926 reflete ainda que “A índole e condições do povo português, bastante diferenciadas das do suíço, cuja organização militar principalmente serviu de modelo ao Decreto de 1911, não permite implantar entre nós (...) o regime miliciano precisamente como na Suíça é adoptado.” (MG, 1926a, p. 706). Também Oliveira (1995, pp. 37-38) corrobora esta necessidade de abandonar o modelo de mobilização suíço no EMP após este ter demonstrado não ser o adequado apesar das semelhanças existentes ao



nível da dimensão geográfica de ambos os países crescendo ainda que as preocupações financeiras da época se tornaram uma das causas desta alteração e que encaminharam o Exército para um sistema “semi-permanente”.

O modelo de mobilização miliciano não se adaptava às necessidades portuguesas, visto Portugal ter tido com regularidade a necessidade de enviar rapidamente forças do EMP com algum nível de preparação em reforço das capacidades militares existentes nas colónias (MG, 1926a, p. 707).

O governo apresenta que de forma a ser possível honrar os compromissos, derivados dos tratados existentes, e a poder garantir a possibilidade de exercer a sua soberania onde os interesses nacionais o determinassem, seria necessário manter preparado e organizado uma parte do exército para que o seu emprego em determinada colónia pudesse ser efetuado de forma célere e eficaz (MG, 1926a, p. 707).

Conforme se viria a confirmar posteriormente em 1926, já desde 1922 que Portugal procurava inspiração no sistema de mobilização e instrução inglês, através do estudo dos seus processos pelos quais se procuraria aperfeiçoar os métodos de formação dos soldados portugueses (MG, 1926a, p. 707).

O modelo inglês, ao contrário do instituído na organização de 1911 do EMP, era especialmente vocacionado para países que possuíssem um sistema de recrutamento voluntário, onde a permanência nas fileiras do Exército fosse mais longa (Legação de Portugal em Londres, 1922, p. 1).

Seria assim que o modelo inglês viria a ser adaptado, tendo por base um critério formado à custa da experiência da última guerra bem como da situação política, económica e financeira em que se encontrava o país à data dos estudos para a reorganização do EMP (MG, 1926a, p. 707).

Para tal, torna-se fundamental, conforme declarou o Adido Militar em Londres, em 30 de junho de 1922, que fosse do conhecimento do EMP todos os trabalhos relativos às bases gerais e à organização do sistema de formação inglês, que tantos sucessos tinham obtido durante a IGM (Legação de Portugal em Londres, 1922, p. 1).

Também a influência francesa se viria a fazer sentir na reorganização de 1926, principalmente ao nível da organização militar e da doutrina (MG, 1926a, p. 707). Já em 1922, a estrutura do MG demonstra o seu interesse em poder obter a documentação mais relevante sobre o que se encontra a ser debatido em França acerca da futura reorganização do Exército, pelo que solicitou ao Adido Militar junto da delegação militar em Paris que



pudesse diligenciar para que tal documentação pudesse ser enviada para Portugal (Repartição do Gabinete do MG, 1922). Em resposta ao solicitado, o Adido Militar informou que projetos referentes à organização e recrutamento do Exército francês encontravam-se, em setembro de 1922, em discussão na Câmara dos Deputados e que os mesmos constituíam a forma como o governo francês e a estrutura militar idealizavam a organização e o modo de recrutamento no ano de 1921, pelo que informou que dentro de alguns dias talvez pudesse fornecer informações sobre um plano de organização mais atual, no qual o estado-maior francês se encontrava a trabalhar, à data (Legação de Portugal em Paris, 1922).

Corroborava também este interesse na organização militar francesa, a solicitação efetuada, em abril de 1921, pelo EME ao Adido Militar em Paris no sentido de que este pudesse obter informação mais detalhada sobre como se encontrava organizado o Arquivo Histórico francês (EME, 1921). A resposta do Adido Militar acabou por chegar alguns meses depois, em agosto desse mesmo ano, e traria em anexo ao seu ofício uma notícia referente à IGM, onde se apresentava a organização do Arquivo Histórico do Exército francês (Legação de Portugal em Paris, 1921).

Na sequência dos ensinamentos recolhidos na IGM, Portugal procura “[...]na nova organização do exército francês a inspiração da doutrina[...]” (MG, 1926a, p. 707). Pretende-se assim que a reorganização do Exército de 1926 possa ser acompanhada de publicações e regulamentos de nível tático para as subunidades de combate que permitam a integração da experiência recolhida guerra com os mais recentes princípios e métodos de guerra (Oliveira, 1995, p. 180). Por serem trabalhos com uma morosidade elevada, fruto da necessidade de adaptação à realidade nacional, estes regulamentos só viriam a ser publicados em 1926, obrigando, que o esforço para a adequação da doutrina tenha sido iniciado em anos anteriores ao da publicação (Oliveira, 1995, p. 180).

Evidências que contribuíram para esse esforço de elaboração doutrinária foram visíveis através das solicitações efetuadas ao Adido Militar em Paris, entre 1921 e 1923. De forma a desenvolver uma estrutura de defesa do Estado mais eficiente e mais capaz, o MG solicita que lhe seja fornecido conteúdos referentes ao planeamento e prática da educação física e da instrução militar preparatória<sup>24</sup> (EME, 1922a). Também para poder reorganizar as suas subunidades, são solicitados os mais recentes regulamentos franceses

---

<sup>24</sup> Este tipo de instrução destinava-se fundamentalmente à formação cívica e ao desenvolvimento físico dos jovens dos 17 aos 20 anos e precedia uma eventual chamada para a instrução técnica de recrutas (Revista Militar, 1926, pp. 120-121).



que pudessem servir de orientação para a remodelação do regulamento de companhia (Secretaria de Guerra, 1923). Finalmente, são também solicitadas informações para a implementação de capacidades que ainda não tinham sido geradas apesar de constarem na organização o Exército de 1911, como é o caso das *tropas de aerosteios*<sup>25</sup>. Relativamente a estas, futuramente inseridas na organização do EMP de 1926, o MG solicita ao Adido Militar em Paris que efetue diligências no sentido de poder obter as instruções e os regulamentos adotados pelo Exército francês nas suas companhias de aerosteios afim de as mesmas poderem servir de base à elaboração doutrinária e na instrução durante a implementação desta capacidade do EMP (Repartição do Gabinete do MG, 1921).

Desta forma, a reorganização do EMP de 1926, que muito beneficiou em termos tecnológicos com o armamento e equipamento de fabrico inglês que o CEP trouxe de França, provoca a transição para, não só, um “período inglês” (Telo, 2004, p. 389) mas também, na nossa opinião, para um período francês, conforme os indícios apresentados anteriormente. É assim, sob influência inglesa e francesa, que o novo governo que tomara o poder em 28 de maio de 1926 conduz os destinos da nação, dando continuidade às políticas da Primeira República e mantendo em aberto que a colaboração com um “exército estrangeiro” se pode repetir num outro conflito (MG, 1926a, p. 718). O governo exerce o seu esforço externo em questões como a manutenção da integridade das colónias ultramarinas portuguesas, o garantir a relevância nacional no concerto das nações, através de esforços que lhe permitam integrar o Conselho Executivo da futura Sociedade das Nações, e o incrementar das relações com a aliança inglesa (Teixeira, 2004, pp. 33-34).

### **3.3. Síntese conclusiva**

Portugal, no período que medeia 1911 e 1926, encontra-se numa débil situação sobre o tríptico aspeto político, económico e financeiro que se vai agravando após o período de participação na IGM. Estas limitações não permitem por isso manter um EMP de grandes dimensões e muito dispendioso que garantisse a Portugal a defesa autónoma contra uma possível investida espanhola. A participação na IGM com a aproximação aos exércitos de Inglaterra e França tinha então um duplo objetivo, o reforçar da legitimidade de integrar ativamente a futura Sociedade das Nações e o incremento do apoio inglês contra a permanente ameaça espanhola. Para a consecução do primeiro objetivo, Portugal espera o

---

<sup>25</sup> As tropas de aerosteios encontravam-se, na organização de 1911 inseridas no Serviço Telegráfico Militar da Arma de Engenharia e tinham como finalidade o estabelecimento de comunicações, a observação do campo de batalha podendo inclusivamente ser utilizadas como barragens passivas contra aeronaves. Já na organização de 1926, este tipo de unidades passou a estar integrado nas Tropas e Serviços da Arma de Aeronáutica (MG, 1911, pp. 2141;MG, 1926a, p. 723;CPHM, 2008, pp. 51-52).



apoio inglês e francês, visto ter participado na IGM em grande proximidade com ambos os países. Quanto à obtenção do segundo objetivo, sustenta-se nas ações que levaram Portugal a entrar na IGM, através do arresto dos navios alemães e austríacos e da colocação do CEP sob comando inglês. Com base no apresentado podemos inferir que as causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM e que tiveram na génese da adaptação dos modelos militares francês e inglês, se deveram a aspetos de aproximação à sua organização e doutrina no sentido garantir uma melhor integração em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola.



#### **4. As adaptações que deram origem à organização do Exército pós IGM**

Identificadas que foram, no capítulo anterior, as causas que estiveram na origem das adaptações promovidas à organização de 1911 e que foram vertidas na organização do EMP de 1926, iremos neste capítulo apresentar aquelas que considerámos serem as principais adaptações efetuadas nesse processo de reorganização.

##### **4.1. As principais alterações promovidas pela participação na IGM**

Conforme apresenta Carrilho (1985, p. 218), a participação na IGM teve importantes repercussões no EMP ao nível do armamento e da tática. Sendo difícil dissociar estas duas fundamentais evoluções destacaremos que algumas das principais repercussões surgiram da afirmação da importância da Infantaria, do emprego da aviação, dos gases tóxicos e da exponencial utilização das unidades de Artilharia.

As lições da guerra, com repercussões ao nível da tática, levaram ao reescalonamento da antiguidade<sup>26</sup> das Armas organizando-as pela sua importância para o combate concedendo maior importância às *Armas operacionais*, como a Infantaria e a Cavalaria em detrimento das *Armas técnicas* como a Artilharia e a Engenharia (Matos, 2004b, pp. 147-148) (Tabela 2 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1911; Tabela 5 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1926).

À semelhança da alteração apresentada anteriormente, também outras alterações foram promovidas à organização do Exército de 1911, sendo espelhadas na reorganização seguinte do Exército. Assim, seguidamente, apresentaremos aquelas que considerámos serem as principais adaptações efetuadas à organização de 1911 e que levaram às mais significativas alterações na organização do EMP de 1926

##### **4.1.1. O Ministério da Guerra e o Estado-Maior**

A organização de 1911 prevê um cargo para um militar que se apresentaria como o principal responsável pelos trabalhos e atribuições da estrutura militar do Exército. O Major General do Exército<sup>27</sup> seria, na organização de 1911, o elo de ligação entre a estrutura militar e a estrutura política, do MG, bem como o principal responsável pelos trabalhos desenvolvidos pelo EME, nomeadamente dos assuntos relativos à guerra e à defesa geral do Estado (MG, 1911, p. 2151) (Apêndice B —A Organização do Exército de 1911).

---

<sup>26</sup> A palavra *antiguidade*, na terminologia militar, encontra-se relacionada com aquilo que é hierarquicamente superior (Matos, 2004a, p. 127).

<sup>27</sup> Segundo Matos (2004a, p. 119) era o Oficial mais antigo e o Comandante Operacional em caso de guerra.



Com a supressão desse cargo na organização de 1926, o Ministro da Guerra passaria a interagir diretamente com o CEME e com o Quartel-Mestre General (QMG). Esta alteração colocaria as antigas 1ª e 2ª Direções do EME na estrutura do MG de 1926, passando as mesmas, respetivamente, a adotar a denominação de 3ª e 4ª Direções-Gerais, acumulando todas as suas atribuições em tempo de paz com todos os assuntos que digam respeito à preparação para a guerra (MG, 1926a, p. 707) (Apêndice C —A Organização do Exército Metropolitano de 1926).

A 3ª Direção-Geral do MG de 1926, antiga 1ª Direção de 1911, passa a adotar uma divisão em dois *ramos*<sup>28</sup>, um vocacionado para a preparação e emprego do Exército em operações e outro responsável pela parte burocrática (MG, 1926b, pp. 915-916).

A organização de 1926 apresenta a Inspeção Superior da Administração do Exército (ISAE), um órgão na direta dependência do Ministro da Guerra, cujas ações de inspeção abrangerão todo o Exército com vista a garantir a sua correta administração (MG, 1926a, pp. 707-708;MG, 1926b, p. 916) (Apêndice C —A Organização do Exército Metropolitano de 1926).

#### 4.1.2. A Divisão Territorial

A organização de 1911 previa uma divisão territorial em que o espaço geográfico continental de Portugal se encontrava dividido em oito circunscrições<sup>29</sup> de Divisão em tempo de paz, que em tempo de guerra teriam como responsabilidade levantar igual número de Divisões preparadas para a guerra (Figura 1 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1911). Para o levantamento das Divisões em tempo de guerra, os Comandantes das Divisões, recorriam a um sistema de recrutamento no universo das unidades e da população da área que se encontrava na sua jurisdição. A exceção ao universo de recrutáveis por cada Comandante de Divisão surge associada às unidades e tropas que se encontrem na alçada direta do Ministro da Guerra, que prestem serviço no CEL ou que façam parte de alguma autoridade militar independente. Por sua vez os territórios insulares, das ilhas adjacentes, encontravam-se divididos em dois Comandos Territoriais (CT), o dos Açores e o da Madeira, sendo que também estes eram responsáveis

---

<sup>28</sup> Entendemos que ao enunciarem a palavra *ramos* os autores estariam a demonstrar que teria de existir uma subdivisão mais acentuada na futura 3ª Direção-Geral do MG. Na organização de 1926 destacar-se-iam perfeitamente duas áreas: uma responsável pelo planeamento e organização de um *Grande Quartel-General* a ser empregue em caso de guerra, outra responsável pelo tratamento de assuntos de carácter mais burocrático (Matos, 2004b, p. 148).

<sup>29</sup> Na área respeitante à primeira circunscrição de Divisão encontra-se o Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL) que tem à sua responsabilidade a defesa terrestre da capital (MG, 1911, p. 2139).



por garantir o seu recrutamento (Figura 2 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1911 (MG, 1911, p. 2155).

A organização de 1926 reduz as circunscrições militares no espaço continental ao Governo Militar (GM) de Lisboa<sup>30</sup> e a quatro Regiões Militares (RM) (Figura 3 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1926) mas mantém as anteriores referentes às ilhas adjacentes, alterando-lhes apenas os nomes de CT para GMs (Figura 4 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1926). Estes novos GMs e RM, que terão uma constituição desigual entre si, serão responsáveis pela mobilização dos elementos dentro do seu universo geográfico, assumindo desde logo que existem condicionamentos à mobilização (MG, 1926a, p. 708;MG, 1926b, p. 167).

#### **4.1.3. A Arma de Artilharia**

A participação portuguesa na IGM previa a passagem das unidades do CEP por centros de instrução ingleses em França. Nesses centros seria ministrada instrução à Artilharia do CEP, sendo as unidades portuguesas equipadas com os novos os obuses ingleses de 7,5 cm<sup>31</sup> e 11,4 cm<sup>32</sup>, iguais aos das Divisões inglesas. No final da IGM os obuses acabaram por vir para Portugal, contribuindo desta forma para a aproximação da organização portuguesa de 1926 ao modelo inglês (Telo, 2004a, pp. 373-374).

À semelhança do CEP, também o CAPI recebe armamento e equipamento para participar na IGM. O CAPI, foi formado a partir de um protocolo estabelecido com a França em 1916. Mediante esse protocolo, os obuses de 190, 240 e 320 mm que seriam usados por essa unidade de Artilharia pesada, passariam no final da IGM, a ser propriedade do EMP. Tendo como destino inicial o Campo Entrincheirado de Paris, o CAPI acabou por ser formado em Inglaterra, ficando ligado à defesa da costa do Sul desse país. Para a execução de tais tarefas o CAPI recebeu obuses de 190, 240 e 320 mm que acabariam por não regressar a Portugal com a unidade, ao contrário do que aconteceu com o CEP (Telo, 2004a, p. 375)

Devido ao exponencial emprego da aviação durante o período da IGM, verificou-se que, para contrariar este tipo de ameaça, seria necessário o desenvolvimento de unidades de defesa contra aeronaves, nas quais a Artilharia passaria a ter um papel importante.

---

<sup>30</sup> O CEL passa organicamente a estar integrado no GM de Lisboa e fica com a responsabilidade de garantir a defesa terrestre dos portos marítimos de Lisboa e Setúbal bem como preparar a defesa terrestre da capital em ambas as margens do Rio Tejo (MG, 1926a, p. 709).

<sup>31</sup> Estes obuses equipavam três das quatro Baterias dos Grupos de Artilharia divisionária do CEP (Telo, 2004a, p. 374).

<sup>32</sup> Estes obuses equipavam uma das quatro Baterias dos Grupos de Artilharia divisionária do CEP (Telo, 2004a, p. 374).



Assim, na organização de 1926 foram introduzidas Baterias contra aeronaves<sup>33</sup> em cada um dos Regimentos de Artilharia Ligeira e de Artilharia Pesada, para fazer face a esta ameaça aérea cujos efeitos do seu emprego tinham vindo a aumentar (MG, 1926a, p. 722). Apesar da crescente importância desta tipologia de unidades na IGM, a organização de 1926, restringida por questões económicas e financeiras, permitiu apenas incorporar *Baterias* em detrimento da criação de unidades de maior envergadura e potencial (MG, 1926a, p.711;Matos, 2004b, p. 149).

#### **4.1.4. A Arma de Engenharia**

A organização 1911 apresentava que nas tropas da Arma de Engenharia organicamente deveriam existir oito Companhias de Sapadores-Mineiros. A existência desta tipologia de unidades justificava-se, pelo seu emprego em trabalhos relativos à fortificação e construção de posições para os militares em situação de campanha, nomeadamente em apoio a ações ofensivas e defensivas e outros relativos à instalação de tropas (MG, 1911, p.2141).

Em 1926, a nova organização volta a dar importância à existência desta tipologia de unidades mas, desta vez e após a experiência da IGM, cria somente uma destas Companhias no seio das tropas da Arma de Engenharia. Esta deve constituir-se como o núcleo das futuras unidades desta especialidade, que tenham de ser mobilizadas, de forma a não ter de se voltar a improvisar com militares sem conhecimentos, como sucedeu em França na participação na IGM (MG, 1926a, pp. 711-712).

Também as novas especialidades de gases e fumos e de camuflagem são criadas fruto das lições recolhidas na guerra. O desenvolvimento de ambas deve-se à forma como se decorre o combate moderno, sendo que a primeira serve para colocar o EMP em paridade com os demais exércitos e a segunda é mais uma das formas para contrariar os efeitos da aviação sobre as tropas no terreno (MG, 1926a, p.711).

#### **4.1.5. A Arma de Aeronáutica**

A organização de 1911 ainda não previa a existência da Arma de Aeronáutica, como a conheceremos em 1926<sup>34</sup>, mas acabou por contribuir para a sua edificação através da Companhia de Aerosteios, integrada no Serviço Telegráfico Militar da Arma de Engenharia (MG, 1911, p. 2141).

---

<sup>33</sup> Atualmente, esta tipologia de unidades podem ser identificadas como as Baterias de Artilharia antiaérea.

<sup>34</sup> Apesar dos diversos avanços e recuos que foram acontecendo entre 1911 e 1926 a Arma de Aeronáutica ainda se considera “[...] uma especialidade em via de organização, em que quasi tudo está por fazer [...]”(MG, 1926a, p.712).



A Aeronáutica Militar acaba por se desenvolver ainda antes da participação na IGM através da criação da Escola de Aeronáutica Militar em Vila Nova da Rainha, em maio de 1914, que compreenderia a utilização de meios de aviação e aerostação, mas nessa altura ainda não existiam nem recursos humanos nem materiais para a edificação de tal tipologia de unidade (Matos, 2004a, p. 132).

Desde a fundação da Escola de Aeronáutica Militar até à reorganização do Exército efetuada em 1926 decorreram inúmeros avanços que permitiram que a aeronáutica passasse a ser considerada uma Arma<sup>35</sup> e tivesse recursos humanos e materiais para a sua organização em diversas unidades militares.

A participação na IGM contribuiu significativamente para a evolução das capacidades aeronáuticas militares. O apoio ao desenvolvimento da Escola de Aeronáutica Militar tinha sido assegurado junto de França mas devido ao início do conflito esse apoio só pode ser garantido já em agosto de 1916 (Telo, 2004a, p. 377).

Fundamentalmente, depois da participação na IGM a organização do EMP de 1926 é colocada em igualdade de circunstâncias com as restantes Armas e Serviços, passando a constar num documento comum referente à organização do Exército. Na organização de 1926, destacam-se as Escolas Militares de Aviação e de Aerostação bem como a constituição de Regimentos de caças, de bombardeamento e de observação, na dimensão de aviação, e um Batalhão de Aerosteios, na dimensão da aerostação (MG, 1926b, p. 723).

#### **4.1.6. O Serviço Militar**

O modelo de recrutamento da organização de 1911 apresenta um rompimento com o modelo Monárquico anterior, mais por motivos políticos<sup>36</sup> do que por motivos militares, abandonando o modelo dos exércitos permanentes e adotando um modelo de bases milicianas, deixando assim a visão de que o poder governativo se mantinha com base no Exército, que o sustentava com base na sua força armada (MG, 1911, p. 2138).

Não possuindo capacidade orçamental para a implementação do modelo francês, que traria custos acrescidos pela implementação de um serviço militar obrigatório e individual para a totalidade dos recrutáveis, nem granjeando o apoio da maioria do corpo de oficiais, para apoiarem tal mudança tão radical que colocaria a sua existência em causa, a

---

<sup>35</sup> A Aeronáutica Militar é considerada uma Arma pois “[...] não se limita a exercer a sua ação no sentido de facilitar ou tornar possível a das outras armas; não tem um papel passivo, actua activamente colaborando, pelos meios postos à sua disposição, bombas e metralhadoras, na destruição do adversário. É pois uma arma actuando num meio diferente, mas cooperando activa e poderosamente com todas as outras para o bom êxito da batalha.” (MG, 1926a, p.712).

<sup>36</sup> O Decreto do MG de 1911 apresenta no seu corpo um conjunto de juízos políticos acerca da organização militar anterior a 1911.



organização de 1911 encontraria no modelo suíço um ponto intermédio (Matos, 2004a, p. 129; Telo, 2004a, p. 363).

Esta nova organização de bases suíças, que haveria de não conseguir ter total aplicação, seria constituída pelas *tropas ativas*<sup>37</sup> e pelas tropas mobilizáveis, como as *tropas de reserva*<sup>38</sup> e *tropas territoriais*<sup>39</sup>. A redução que se pretendia efetuar no seio do Exército seria contrabalançada com a constituição de uma força militar da confiança do novo regime Republicano, a GNR, constituída pelos Oficiais do Exército de maior confiança, fundamentalmente com o objetivo de garantir o controlo de Lisboa (Telo, 2004a, pp. 363-364; Telo, 2004, p. 391).

A organização de 1926, conforme apresentada nas suas *bases gerais*, pretende garantir a existência de um Exército preparado que em caso de necessidade possa dar origem a um Exército de campanha que permita “[...]honrar os compromissos derivados dos tratados existentes[...]”<sup>40</sup> e que consiga “[...]exercer a sua ação onde os intêresses nacionais o exijam.” (MG, 1926a, p.707).

A organização de 1926 passaria a adotar um modelo em que reforçaria os efetivos de praças no *Exército ativo*<sup>41</sup>, aumentando também o número de militares do quadro permanente com vista a manter a prontidão para o seu emprego em tempo de paz, e manteria com um regime de mobilização de prontidão mais reduzida as praças nas *reservas ativa*<sup>42</sup>, *territorial*<sup>43</sup> e de *recrutamento*<sup>44</sup> para que de modo célere e eficaz, pudessem garantir a segurança de Portugal, apesar de possuírem uma dimensão bem menor da que na organização de 1911 (MG, 1926a, pp. 705, 707; Telo, 2004, p. 398).

#### 4.2. Síntese Conclusiva

Neste capítulo apresentámos aquelas que considerámos serem as principais adaptações que foram efetuadas à anterior organização de 1911 e que levaram às mais significativas alterações em termos organizativos do novo EMP de 1926.

Ao nível da organização do MG e do EME depreende-se que a organização de 1926 é tendencialmente mais centralizadora do que a anterior. Isto torna-se identificável pela colocação da estrutura superior do Exército, o EME e o QMG, na direta dependência do

---

<sup>37</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>38</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>39</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>40</sup> Na opinião do autor esta é uma clara alusão à aliança estabelecida com a Inglaterra, à semelhança do que aconteceu no passado para a participação na IGM e cuja colaboração se poderá repetir (MG, 1926a, p. 718).

<sup>41</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>42</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>43</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.

<sup>44</sup> Ver Apêndice D —Corpo de Conceitos.



poder político bem como eliminando da cadeia de comando do Exército o seu Oficial mais antigo, o Comandante Operacional em caso de guerra, o Major General do Exército.

A divisão territorial do Exército passa a estar apenas sob o comando de quatro Comandantes de Divisão, justificando-se esta alteração através de uma maior coerência no recrutamento e com a limitação da mobilização ao universo geográfico de cada circunscrição.

Em termos organizacionais a Arma de Artilharia, em 1926, fruto da participação na IGM, recebe e traz para Portugal novos obuses permitindo a reorganização das unidades da Arma de Artilharia. Fruto da crescente importância do emprego da aviação tornou-se necessário que na organização de 1926 já fossem introduzidas as unidades de defesa contra aeronaves, de forma a tentar contrariar os efeitos desta ameaça.

No âmbito da Arma de Engenharia, a experiência junto aos Exército inglês e francês dá origem a unidades com carácter permanente responsáveis pela formação e treino de Sapadores-Mineiros, nomeadamente nas novas especialidades de gases e fumos e em camuflagem.

A Arma de Aeronáutica, a que mais evoluiu entre reorganizações, incorporou a Aerostação e foi alvo de significativas evoluções com o apoio de outros aliados que participaram na IGM.

Finalmente, e quanto ao modelo de *serviço militar*, a organização de 1926 abandona parcialmente o modelo miliciano, nunca plenamente implementado, levando ao reforço das unidades do *Exército ativo*, que garantem maior grau de organização e preparação, que de forma mais célere e eficaz, possam garantir a segurança do país e dos seus interesses.



## 5. Análise

Neste capítulo analisaremos as principais adaptações que foram efetuadas à organização do Exército de 1911, e que foram posteriormente implementadas na organização do EMP de 1926, e que nos permitem visualizar uma aproximação aos modelos do Exército francês e inglês. A aproximação ao primeiro modelo, é valorizada pela proximidade que o mesmo apresentava quanto à necessidade de promover a defesa das fronteiras, como forma de precaver um ataque da Alemanha, o seu país vizinho que se apresentava como mais perigoso. Este mesmo modelo teria aplicação em Portugal para fazer face a um possível ataque do nosso único vizinho, a Espanha. O segundo modelo tinha por base a antiga aliança com a Inglaterra. Com a aproximação ao modelo francês, exercendo um esforço redobrado na defesa continental, Portugal aumentaria a sua possibilidade de sucesso de não ser invadido, enquanto aguardava pelo reforço das forças do Exército inglês, o identificado *exército estrangeiro*, com o qual interessaria que existisse uma maior aproximação organizacional possível (Duarte, 2010, pp. 32-34).

Assim, e com base no apresentado nos dois últimos capítulos, identificaremos a origem das influências de cada uma das adaptações efetuadas à organização de 1911 bem como fundamentaremos o que motivou cada uma delas, com vista a identificar como foram estruturadas essas mesmas adaptações.

### 5.1. O Ministério da Guerra e o Estado-Maior

A organização do EMP de 1926 suprime o cargo de Major General do Exército, o Exército deixa de possuir, centralizado na figura de um único militar, a responsabilidade de toda a organização do Exército recaindo estas responsabilidades de coordenação sobre o CEME e sobre o QMG, que passaram a estar na dependência direta do Ministro da Guerra (Oliveira, 1995, p. 119).

À semelhança do adotado nos exércitos inglês e francês da época, esta alteração tinha como objetivo promover uma maior identificação entre o Ministro e estas duas entidades militares, o CEME e o QMG, que se apresentariam como os Comandantes de dois dos mais importantes órgãos com quais o Ministro teria de se ligar em caso de guerra (MG, 1926a, p. 707).

Aproveitando a integração do EME na estrutura do MG, efetuou-se a separação dos assuntos que diziam respeito à antiga 1ª Direção, ou Direção do Serviço do Estado-Maior, de 1911, fruto das boas experiências que tinham vindo a ser efetuadas por outros Estados. Com vista a melhorar os trabalhos da competência exclusiva do EME, e à semelhança do



que vinha a ser adotado no Exército francês, na futura 3ª Direção-Geral do MG de 1926 passariam a existir duas áreas perfeitamente distintas chefiadas por dois subchefes, uma responsável pelo emprego do Exército em operações e outra por procedimentos de carácter mais burocrático. Uma das áreas, ou *ramos*, passaria a ser responsável pela preparação do EMP para a guerra bem como seria o local de onde sairiam os principais elementos que constituiriam um Quartel-General (QG) responsável pelo emprego do EMP em operações (Matos, 2004b, p. 148).

Apesar de não se tornar suficientemente explícita no Decreto da *Organização do EMP*, de dois de agosto de 1926, esta alteração, transmite, face a 1911, uma maior preocupação com os assuntos da guerra, separando os assuntos referentes ao expediente e administração dos assuntos referentes à preparação e prontidão para a guerra. A inspiração foi importada do modelo francês que, mesmo após a IGM, verificava que era necessária uma maior preocupação com prontidão para a defesa das suas fronteiras, face ao perigo vizinho.

Outra das adaptações que foi efetuada na estrutura do MG foi a criação ISAE, tendo por base o serviço de *controle* em uso no Exército francês. Esta surge da avaliação da existência de uma entidade na alçada direta do Ministro da Guerra que garantisse a sã administração do Exército, exercendo para tal a sua ação fiscalizadora “[...]sob o ponto de vista da legalidade como também da conveniência dos atos praticados.” (MG, 1926a, pp. 707-708). A ISAE assume então competências inspetivas fundamentalmente sobre a “[...]administração, operações e contas dos corpos, serviços e estabelecimentos militares.” que possuem administração autónoma (MG, 1926b, p. 916).

## 5.2. A Divisão Territorial

A reorganização territorial de 1926, com a redução de oito para cinco<sup>45</sup> circunscrições, tinha como objetivo facilitar a passagem de um dispositivo preparado para desempenhar as suas funções em tempo de paz para o dispositivo de um Exército preparado para a guerra (Matos, 2004b, p. 150). Com o incremento do espaço geográfico de cada uma das circunscrições e com a redução do número de Divisões a levantar, as garantias de sucesso na mobilização tornar-se-iam mais elevadas, isto apesar se admitir que existiria uma desigual composição das Divisões face aos recursos humanos disponíveis em cada uma das circunscrições, à semelhança do adotado nos Exército inglês e francês (MG, 1926a, p. 708).

---

<sup>45</sup> O GM de Lisboa e quatro RM.



### 5.3. A Arma de Artilharia

No âmbito da Artilharia, as alterações promovidas em 1926 tinham como fundamento a necessidade da adequação da organização em vigor às atuais exigências dos exércitos modernos e segundo os ensinamentos e lições retiradas da IGM. Particularmente no âmbito da Artilharia, podemos afirmar que a principal influência das alterações promovidas na organização de 1926, foi a do Exército inglês, que acabou por garantir a instrução dos militares portugueses à chegada à Flandres.

Com o final da participação portuguesa na IGM o armamento recebido pela Artilharia do CEP na Flandres, nomeadamente os obuses de 7,5 e 11,4 cm, foram trazidos para Portugal juntamente com o restante armamento do CEP (Telo, 2004a, pp. 373-374). Ao chegarem a Portugal torna-se finalmente possível a substituição de alguns dos antigos obuses por “[...]material moderno de tiro rápido[...]” como os recém fornecidos 7,5 cm *Schneider-Canet T.R.*, fornecidos pelos ingleses (MG, 1911, p. 2143).

Ao contrário do que tinha ficado protocolado para com o CEP, ao CAPI não lhe foi permitido trazer de volta para Portugal o armamento que se encontrava a utilizar, levando a que Portugal continuasse a não possuir Artilharia pesada moderna<sup>46</sup>, mesmo depois da participação na IGM (Oliveira, 1995, p. 156).

Outra das adaptações efetuada à organização de 1926 seria a introdução das Baterias contra aeronaves nos cinco Regimentos de Artilharia Ligeira e nos dois Regimentos de Artilharia Pesada, sendo que o seu objetivo seria fazer face ao incremento da ameaça aérea (MG, 1926a, p. 722). Apesar de ter sido identificada como uma necessidade da futura organização de 1926, fruto das lições recolhidas junto dos aliados, esta tipologia de unidade não pôde ser edificada antes de 1931, data a partir da qual chegaram a Portugal as primeiras peças de Artilharia antiaérea<sup>47</sup> (Oliveira, 1995, p. 156).

### 5.4. A Arma de Engenharia

A organização de 1926 da Arma de Engenharia, que afirma não diferir essencialmente da de 1911, dá nota da *imprescindibilidade* da existência das Companhias de Mineiros na organização do EMP afim de não voltar a ser necessária a improvisação desta tipologia de unidades, à semelhança do que sucedeu no CEP na IGM (MG, 1926a, p. 711-712). A importância desta tipologia de unidades, bem como um considerável

---

<sup>46</sup> As peças de Artilharia pesada moderna que foram operadas pelos militares portugueses do CAPI tinham os calibres de 190, 240 e 320 mm sendo que algumas delas se encontravam montadas em vagões de caminho-de-ferro (Telo, 2004a, p. 375).

<sup>47</sup> As primeiras peças de Artilharia antiaérea que entraram ao serviço do Exército Português em 1931, foram as 7,5 cm Vickers S.A. m/931 (Oliveira, 1995, p. 156).



incremento nos efetivos da Arma de Engenharia em caso de mobilização, apresentam-se como lições retiradas da experiência da guerra, conforme já apresentado no Terceiro Relatório da CER (EME, 1922c, p. XXIV). Por compreendemos a importância da existência desta tipologia de unidades em tempo de guerra, apenas entendemos que uma redução tão significativa se encontraria relacionada com as questões económicas e financeiras e também, ou então, pelo incumprimento na edificação destas unidades, após a publicação da Organização Geral do Exército de 1911. E assim, fruto do processo de instrução e do recente material, ligado à guerra das trincheiras, que recebeu dos ingleses, durante a participação na IGM tornou-se fundamental a criação de uma unidade que dê garantias da sua mobilização com base nas lições recolhidas na IGM (Telo, 2004a, pp. 373-374).

Também o desenvolvimento de duas novas especialidades, relacionadas com o emprego de gases e fumos e com a camuflagem, surgem como resultado da participação na IGM onde foram identificadas as mais-valias das unidades constituídas por este tipo de especialistas (MG, 1926a, p.711).

### **5.5. A Arma de Aeronáutica**

A Aeronáutica, apesar de ter a sua génese na organização de 1911, através da Companhia de Aerostação, tem os seus principais desenvolvimentos no ano de 1914. A sua evolução em termos de formação, recursos humanos e materiais desenvolve-se pelo período da IGM, culminando com o seu reconhecimento como uma Arma na Organização do EMP de 1926.

Conforme apresentado anteriormente, os esforços desenvolvidos em 1911 foram vocacionados para o desenvolvimento de unidades de aerostação que contribuíssem, fundamentalmente, para o estabelecimento de comunicações e para a observação do campo de batalha. Posteriormente, apesar de não possuir as mesmas evoluções que a dimensão aviação, a aerostação continua a ser alvo de tentativa de desenvolvimento em Portugal, como comprovam os contactos com o Adido Militar em Paris no sentido de pedir instruções e regulamentos sobre a utilização destes meios.

Para o apoio ao CEP é criado o seu próprio *Serviço de Aviação* com uma Esquadrilha de Caças e duas Esquadrilhas de Regulação de Tiro, cuja formação, armamento e equipamento deveria ser fornecido pelos ingleses, para a criação de unidades à semelhança dos seus *squadrons*. Ao contrário do que se passou com o restante armamento e equipamento do CEP, os *Serviços de Aviação* foram totalmente apoiados pelos franceses



tendo inclusivamente sido integrados nas suas diversas Esquadrilhas, deixando o CEP sem apoio aéreo próprio (Oliveira, 1995, pp. 60-63; Telo, 2004a, p. 387).

Estas aeronaves utilizadas pelos pilotos portugueses em França, juntamente com outras vendidas a Portugal no final do conflito mundial bem como ainda outras colocadas em bases nacionais durante o período do conflito estiveram na base da constituição da Arma de Aeronáutica Militar, dotada de aeronaves quase na sua totalidade francesas (Telo, 2004a, p. 379).

Entre 1919 e 1921 e após receber mais aeronaves francesas, oriundas dos excedentes de guerra, a Aeronáutica Militar adere, a partir de 1923, a uma corrente mais inglesa em termos de aeronáutica. Através dessa relação e com vista à criação de unidades vocacionadas para o treino e formação são adquiridas 24 aeronaves *Avro 504K*, sendo que numa vertente mais operacional são adquiridos nove *Vickers Valparaíso I* e dois *Avro 548 A*, mais orientados para missões de reconhecimento, e três aeronaves de tipologia caça, os *Martynside F-4 Buzzard*<sup>48</sup>. Acrescem a estas aeronaves as já existentes com origem nos excedentes de guerra franceses, nomeadamente 22 aeronaves caça *SPAD VII C1* e 29 bombardeiros *Breguet Br. 14 A2* (Telo, 2004, pp. 395-396) (Anexo C —As Aeronaves da Aeronáutica Militar em 1926).

## 5.6. O Serviço Militar

Um dos aspetos por nós considerado fundamental e que distingue a organização de 1926 da organização de 1911, é o destaque transmitido pelo Decreto 11:856/1926 quanto à necessidade de existirem garantias de mobilização e constituição de um Exército de campanha, a partir da organização do Exército em tempo de paz (MG, 1926a, p. 706). Esta preocupação relativamente às garantias de mobilização e prontidão para o emprego do Exército tornam-se evidentes através das, também elas, explícitas preocupações com a necessidade de honrar os compromissos derivados dos tratados existentes bem como de garantir a segurança do próprio país, nomeadamente no *vasto império colonial*, para o qual são necessárias forças organizadas e preparadas para que possam ser empregues de forma rápida (MG, 1926a, p. 707).

Para o cumprimento destes desígnios são afastados os modelos anteriores, o suíço, que serviu de base à organização de 1911 e o do Exército permanente, da época da monarquia. A adoção direta destes modelos é descartada, por se considerar que estes não se

---

<sup>48</sup> A estas três aeronaves *Martynside F-4 Buzzard* pode somar-se mais uma adquirida entre 1919 e 1921 (Telo, 2004b, p. 395).



aplicam às condições do povo português, não se encontram atualizados e são bastante dispendiosos, fruto de obrigarem à permanência nas fileiras de um efetivo mais numeroso. Assim, a melhor solução seria a adoção de um modelo misto aproximando do modelo inglês e do francês (Matos, 2004b, p. 147).

No caso do modelo inglês, já tinham sido efetuadas diligências no sentido de o Adido Militar em Londres fornecer informação relativa às bases gerais e à organização do sistema de formação inglês. Quanto ao modelo francês, as diligências efetuadas tinham sido similares, tendo sido solicitadas ao Adido Militar em Paris informações referentes aos projetos de organização e recrutamento e até mesmo sobre a educação física e a instrução militar preparatória.

### **5.7. Síntese Conclusiva**

Neste capítulo analisámos as principais adaptações que foram efetuadas à anterior organização de 1911 e que levaram às mais significativas alterações em termos organizativos do novo EMP de 1926. Para tal, identificámos e fundamentámos a origem das influências que levaram a essas adaptações, tendo como objetivo identificar como as mesmas foram estruturadas.

Ao analisarmos a organização do MG e do Estado-Maior de 1926 verificámos que a mesma foi inspirada nos modelos do Exército inglês e francês. Com inspiração nestes modelos, o Ministro da Guerra passou a ter na sua dependência direta o CEME e QMG, com vista a desenvolver maior identificação entre as partes que seria fundamental em caso de guerra. Com base no modelo francês, o EME adota uma divisão em duas áreas distintas, sendo que uma delas seria responsável pela preparação do EMP para a guerra bem como estaria na génese de um QG responsável pelo seu emprego em operações. Também com base no modelo francês seria criada a ISAE, na alçada direta do Ministro, com vista a garantir a sua administração do Exército.

Com base nos modelos inglês e francês, a Divisão Territorial foi reduzida de oito para cinco circunscrições com vista a fornecer maiores garantias de sucesso no processo de mobilização.

Na Arma de Artilharia destacam-se as influências inglesas, nas adaptações promovidas na organização de 1926, muito devido à receção de obuses ingleses pelas unidades de Artilharia do CEP e pelas lições recolhidas quanto à necessidade da existência de Baterias contra aeronaves, fruto do incremento da ameaça aérea.



Quanto à Arma de Engenharia, afirma-se que não existem grandes diferenças relativamente à organização de 1911. Apesar dessa afirmação, a relevância das lições retiradas junto dos ingleses, leva à necessidade da existência de unidades que permitam dar garantias relativamente à mobilização de certo tipo de especialistas. Assim, e fruto da instrução e do material recebido dos ingleses, foram criadas unidades especialistas no emprego de gases e fumos, na preparação do terreno e ao nível da camuflagem.

No âmbito da Arma de Aeronáutica as influências são facilmente identificadas por na organização de 1911 esta não existir como Arma diferenciada. Uma das dimensões associadas à organização desta Arma em 1926 é a Aerostação Militar, que é transferida da organização de 1911 da Arma de Engenharia e cuja influência no seu desenvolvimento identificámos como sendo francesa. Quanto à dimensão aviação, a influência sobre esta deverá ser considerada francesa e inglesa, face aos dois períodos que a Arma atravessou até à organização de 1926.

Finalmente, também o modelo misto do Serviço Militar de 1926 encontrou as suas bases nas organizações francesa e inglesa. Com a influência de ambos os modelos, o Exército procura afastar-se da falta de garantias relativas à mobilização, proporcionada pelo modelo português de 1911, e dos elevados custos, derivados de um modelo de um Exército permanente da época monárquica.

Assim, e com base no que antecede, apresentámos e fundamentámos, que aquelas que considerámos serem algumas das principais adaptações efetuadas à organização de 1911, foram estruturadas com base nas influências do Exército francês e inglês muito devido à instrução recebida durante a IGM bem como através da doutrina e modelos organizativos desses mesmos exércitos.



## Conclusões

Conduzimos o nosso estudo no âmbito da História Militar apoiando-nos numa estratégia qualitativa e utilizando um desenho de pesquisa histórica para o qual recolhemos dados através da análise de fontes, estudos e obras literárias.

O objetivo geral do nosso trabalho foi a identificação das causas e das adaptações efetuadas à organização do EMP após a participação na IGM. De forma a atingir este objetivo definimos que teríamos de dar resposta à PP *Em que medida as adaptações efetuadas à organização do EMP em 1926 foram consequência da integração de Portugal numa aliança para a participação na IGM?* Assim, pudemos concluir que a organização do EMP, em 1926, teve na sua génese os contributos do processo de integração proporcionado pelas forças francesas e inglesas durante a participação das forças portuguesas na IGM.

Para tal, identificámos que as causas que estiveram na origem da reorganização do EMP se encontravam intimamente relacionadas com o propósito de garantir uma melhor integração com os exércitos francês e inglês, em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola. Sendo que, a organização de 1926 inclui elementos dos dois modelos de exércitos, que são diferentes na organização superior do Exército, na divisão territorial, no modo de prestação de serviço e no armamento, mas ambos contribuem para a construção do modelo português de organização, com o objetivo de garantir uma força mais preparada que consiga garantir a segurança do país e dos seus interesses.

Iniciámos o nosso trabalho caracterizando a época 1919-1926, nas suas dimensões política, social e militar para que nos fosse possível ilustrar a época em que foi idealizada a reorganização EMP de 1926. Apresentámos que, politicamente, o período de 1919-1926, se caracterizava pela instabilidade, com diversas alterações ao nível político que permitiam apenas a tomada de medidas de curto prazo. A grave crise socioeconómica gerada pela participação na IGM divide a população, num ambiente que se caracteriza pelas divergências entre o patronato e os trabalhadores, onde também se incluem a relação dos militares com o governo. Os diversos governos procuram atingir os seus interesses ora protegendo as entidades responsáveis pela produção de produtos e bens, ora transformando a GNR e tentando tranquilizar o Exército, cujas lideranças se encontravam revoltadas com o desenrolar do processo político. Em resumo, a ideia que marcava o final desta época, e que se apresentava como uma forma de resolução para este período de guerra civil



intermitente, passaria por um afastamento da dimensão política e pelo renascimento de um Estado centrado nas questões nacionais, através do renascimento do militarismo.

Seguidamente, e dando resposta à Pergunta Derivada *Quais as causas na origem das adaptações à organização do EMP em 1926?* apresentámos que as limitações decorrentes da débil situação política, económica e financeira em que se encontra Portugal, no período que medeia 1919 e 1926, não permitem a manutenção de um EMP de grandes dimensões e muito dispendioso que permitisse garantir a defesa em autonomia contra uma possível investida espanhola. A participação na IGM, com a aproximação à Inglaterra e França, surgia assim com um duplo objetivo: legitimar o apoio para integrar ativamente a futura Sociedade das Nações bem como incrementar as garantias do apoio inglês contra a permanente ameaça espanhola. Assim, concluímos que as causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM, com a aproximação aos modelos militares francês e inglês, tiveram como finalidade criar condições para uma melhor integração em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola.

Posteriormente, apresentámos aquelas que considerámos serem as alterações mais significativas promovidas na reorganização do EMP em 1926. A organização de 1926 elimina o cargo de Major General do Exército e coloca o CEME e o QMG, bem como as Direções que dirigem, na dependência direta do Ministro da Guerra. A nova organização territorial é reduzida para quatro circunscrições, responsáveis cada uma pela mobilização de uma Divisão. A Artilharia reorganiza as suas unidades, fruto dos novos obuses recebidos pelo CEP, e cria unidades de defesa contra aeronaves. A Engenharia é reorganizada, desenvolvendo especialidades de camuflagem, gases e fumos e fortificação e construção de posições, passando a dar maior relevância à existência de unidades destas especialidade com carácter permanente. A Aeronáutica passa a estar integrada na organização das Armas e Serviços do Exército e incorpora a aerostação. O modelo de *serviço militar* abandona parcialmente o modelo miliciano, permitindo o reforço das unidades do *Exército ativo*, melhor organizadas e mais bem preparadas para garantir a segurança do país e dos seus interesses

De forma a darmos resposta à Pergunta Derivada *Como foram estruturadas as adaptações que deram origem à organização do EMP de 1926?*, analisámos as principais adaptações efetuadas à organização de 1911, apresentadas no capítulo anterior, identificando e fundamentando a origem das suas influências, francesas e inglesas, tendo como objetivo identificar como as mesmas foram estruturadas. Sob a influência dos dois



modelos, o CEME e QMG passam a depender diretamente do Ministro da Guerra, enquanto que, singularmente, o modelo francês, dá origem à subdivisão do EME, numa área operacional e noutra burocrática, e leva à criação um órgão de inspeção, a ISAE, na alçada direta do Ministro. O sucesso dos dois modelos nos países de origem leva à redução do número das circunscrições territoriais, procurando desta forma fornecer maiores garantias de sucesso ao processo de mobilização. A influência inglesa na Artilharia transparece através do novo armamento trazido para Portugal pelo CEP e pelas lições recolhidas quanto à importância das Baterias contra aeronaves. A Engenharia, fruto da instrução e do material recebido dos ingleses pelo CEP, cria unidades com especialistas no emprego de gases e fumos, na preparação do terreno e ao nível da camuflagem. A Aeronáutica, na sua dimensão de aerostação é influenciada pelo modelo francês enquanto na dimensão aviação, a influência é efetuada pelos dois modelos. Finalmente, o modelo misto do Serviço Militar de 1926 encontrou as suas bases nas organizações francesa e inglesa, procurando afastar-se da falta de garantias quanto à mobilização e preparação do modelo miliciano e dos elevados custos dos exércitos permanentes.

Conscientes da exiguidade da informação aproveitada das fontes arquivísticas consultadas, acabámos por sucessivamente recorrer aos Decretos do Governo referentes às organizações do Exército de 1911 e 1926 e a um reduzido número de autores que abordavam o tema da organização militar.

Entendemos que o nosso estudo poderá ser melhorado, face à delimitação por nós efetuada a áreas tão particulares da organização do Exército como a estrutura superior do Exército, a Divisão Territorial, o Serviço Militar e as Armas de Artilharia, Engenharia e Aeronáutica. Assim, uma análise a outras áreas da organização do EMP de 1926 e o aumento do espectro do *corpus documental* poderão indiciar outro tipo de influências sobre as causas e consequências dessa mesma reorganização.

Deste modo, recomendamos que o estudo possa ser continuado, individualizando as restantes áreas, visto a investigação e a análise de cada uma delas carecer de grande detalhe, ou até mesmo efetuando uma abordagem *bottom-up*, analisando as alterações efetuadas ao nível da técnica e tática, e verificando como estas condicionaram a adaptação do modelo português aos modelos francês e inglês.



## Fontes

- EME, 1921. *Ofício N.º403, de 20 de Abril, da 1ª Secção da 1ª Repartição da 1ª Direcção do EME para o Adido Militar junto da Legação de Portugal em Paris.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 26, Documento N.º 23. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- EME, 1922a. *Ofício N.º100, de 13 de Janeiro, da 1ª Secção da 1ª Repartição da 1ª Direcção do EME para o Adido Militar junto da Legação de Portugal em Paris.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 26, Documento N.º 23. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- EME, 1922b. *Ofício N.º1078, de 05 de Setembro, do Chefe do Estado-Maior do Exército para o Chefe da repartição do Gabinete da Secretaria de Guerra.* [datilografado] 3ª Divisão, Secção N.º 2, Caixa N.º 15, Documento N.º 20. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- EME, 1922c. *3º Relatório da Comissão de Estudos de Reorganização, 1ª Direcção do Estado-Maior do Exército.* [datilografado] 3ª Divisão, Secção N.º 2, Caixa N.º 15, Documento N.º 21. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- MG, 1911. *Organização Geral do Exército (Decreto N.º122/1911 de 26 de maio do Ministério da Guerra),* Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1925. *Bases para a Organização do Exército Metropolitano (Decreto N.º11:294/1925 de 30 de novembro do Ministério da Guerra),* Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1926a. *Bases para a Organização do Exército Metropolitano (Decreto 11:856/1926 de 07 de junho do Ministério da Guerra),* Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1926b. *Organização do Exército Metropolitano (Decreto 12:017/1926 de 02 de agosto do Ministério da Guerra),* Lisboa: Diário do Governo.
- Legação de Portugal em Paris, 1921. *Ofício N.º 315, de 12 de Agosto, para o Estado-Maior do Exército.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Legação de Portugal em Londres, 1922. *2º Relatório de Instrução Educativa no Exército.* [datilografado] Portugal e as campanhas na Europa, 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 23, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Legação de Portugal em Paris, 1922. *Ofício N.º 198 para o Chefe da Repartição do Gabinete da Secretaria de Guerra.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.



Repartição do Gabinete do MG, 1921. *Ofício N.º 956, de 25 de Fevereiro, para o Adido Militar junto da Legação de Portugal em Paris*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Repartição do Gabinete do MG, 1922. *Ofício N.º 3127, de 30 de Setembro, para o Adido Militar de Portugal em Paris*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

Secretaria de Guerra, 1923. *Telegramme Officiel N.º 512 para Attache Militaire, Paris (Major Ferreira de Passos)*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.



## Bibliografia

- Afonso, A., 2014. As Forças Armadas e a Grande Guerra. *Nação e Defesa N.º 139: Portugal na Grande Guerra*, pp. 52-63.
- Beça, A., 1922. *Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias.
- Cabral, T. M., 1932. *Conferências sobre Estratégia - Primeiro Volume*. Lisboa: Escola Central de Oficiais.
- Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CPHM, 2008. *As Transmissões Militares: da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Duarte, A. P., 2010. *A Política de Defesa Nacional 1919-1958*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- GabHM/AEE/DE/IESM, 2013. *Algumas notas de apoio para Trabalho de Aplicação e Investigação em História Militar (Documento de Trabalho)*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM, 2015a. NEP/ACA-010: Trabalho de Investigação, Lisboa: IESM.
- IESM, 2015b. NEP/ACA-018: Regra de apresentação e referenciação para os trabalhos escritos no IESM, Lisboa: IESM.
- IESM, 2015c. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalho de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Leite, J. d. O., 1926. Estudo de Organização Militar. *Revista Militar, março-abril*, pp. 142-155.
- Matos, L. S. d., 2004a. República: Um «Corpo com Alma». In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 117-142.
- Matos, L. S. d., 2004b. Estado Novo. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 143-188.
- Monteiro, H. P., 1925. Manobras de Outono. *Revista Militar, novembro-dezembro*, pp. 651-670.
- Oliveira, A. N. R. d., 1993a. *História do Exército Português (1910-1945): Volume I*. Lisboa: EME.



- Oliveira, A. N. R. d., 1993b. *História do Exército Português (1910-1945): Volume II*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1994. *História do Exército Português (1910-1945): Volume III*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945): Volume IV*. Lisboa: EME.
- Pinto, A. C., 2011. *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Pires, N. L., 2011. Portugal em Guerra na Grande Guerra (1914-1918). *Academia*, [Em linha]. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/9895497/Portugal\\_em\\_Guerra\\_na\\_Grande\\_Guerra\\_1914-1918](https://www.academia.edu/9895497/Portugal_em_Guerra_na_Grande_Guerra_1914-1918), [Acedido em 27 Fev. 2016].
- Ramos, R., 1994. A Segunda Fundação (1890-1926). In: Mattoso, J., 1994. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Volume Seis.
- Revista Militar, 1926. Crónica Desportiva. *Revista Militar, janeiro-fevereiro*, pp. 120-125.
- Speller, I., 2011. The use and abuse of history by the military. In: Liverpool Hope University, 2011. Liverpool, 24<sup>th</sup> of February of 2011.
- Teixeira, N. S., 1998. Portugal na "Grande Guerra" 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta. In: N. S. Teixeira, 1998. *Portugal e a Guerra: História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, pp. 55-69.
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 14-34.
- Telo, A. J., 1984. *Decadência e Queda da I República Portuguesa: Volume II*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Telo, A. J., 2004a. Os Começos do Século. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 350-385.
- Telo, A. J., 2004b. Entre Regimes (1919-1930). In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 386-402.



Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra N.º 139*, pp. 08-33.

Wheeler, D. L., 1978. *História Política de Portugal 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América.



### Anexo A — Divisão Territorial de 1911

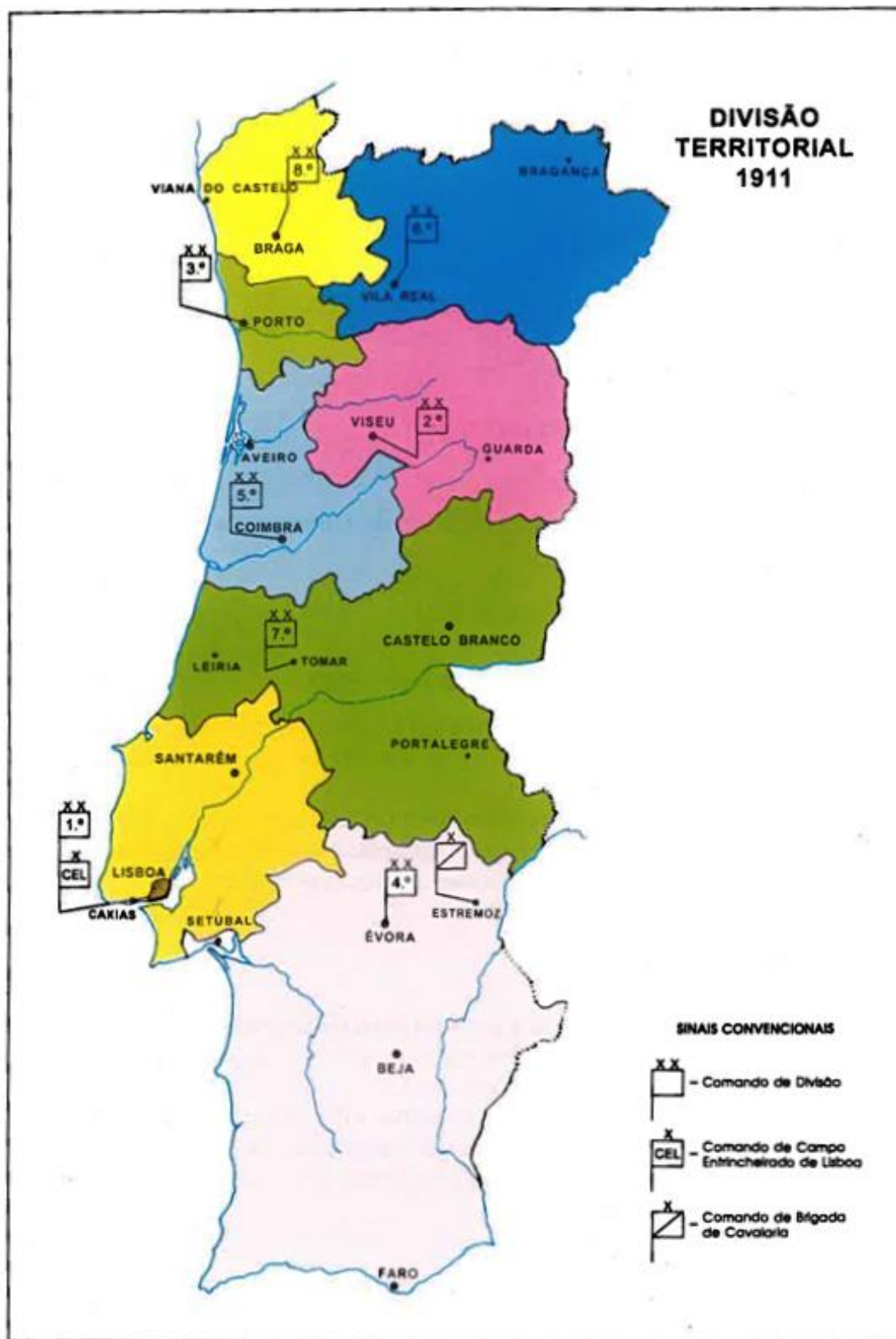


Figura 1 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 112)



## DIVISÃO TERRITORIAL 1911

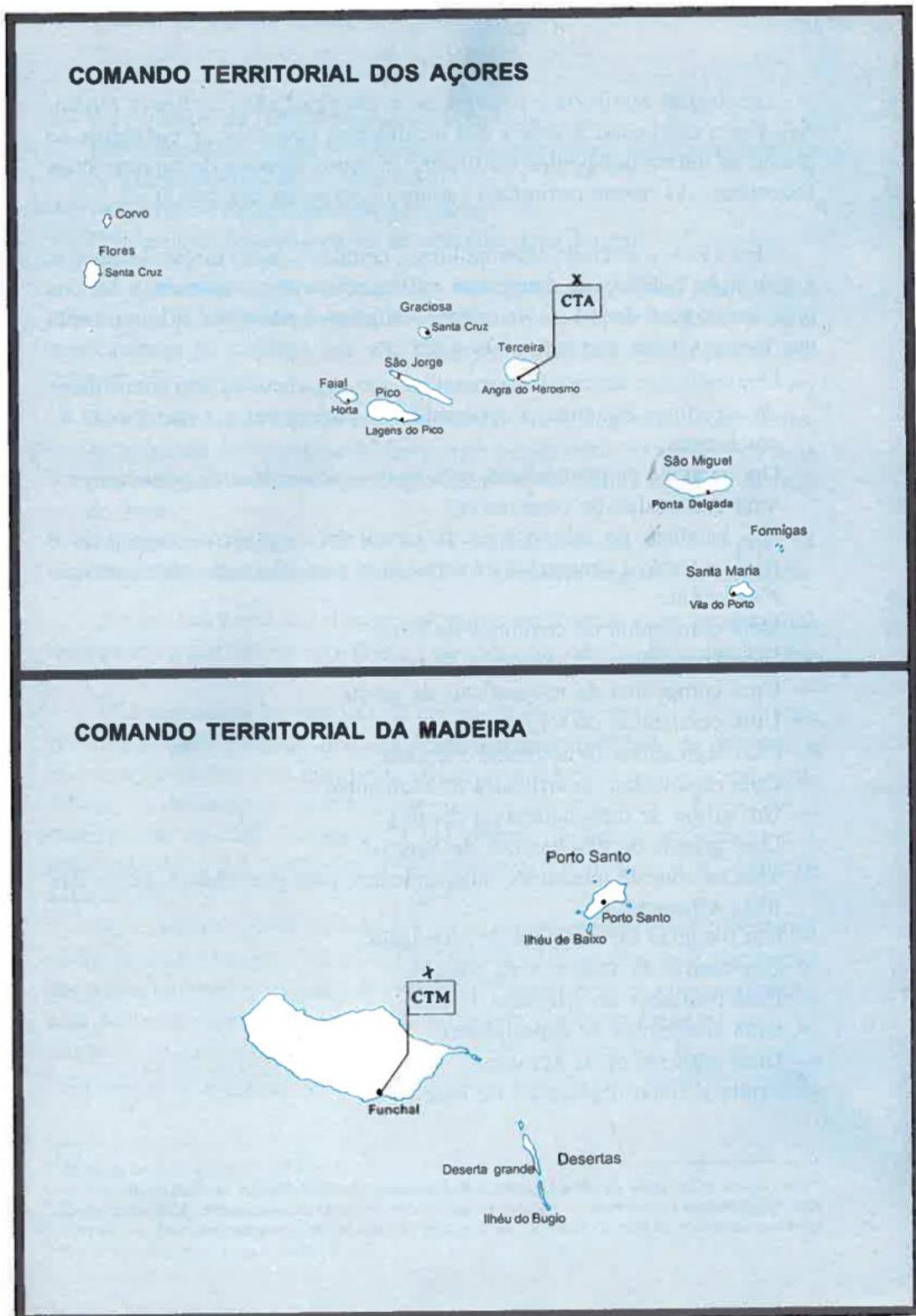


Figura 2 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 113)



## Anexo B — Divisão Territorial de 1926

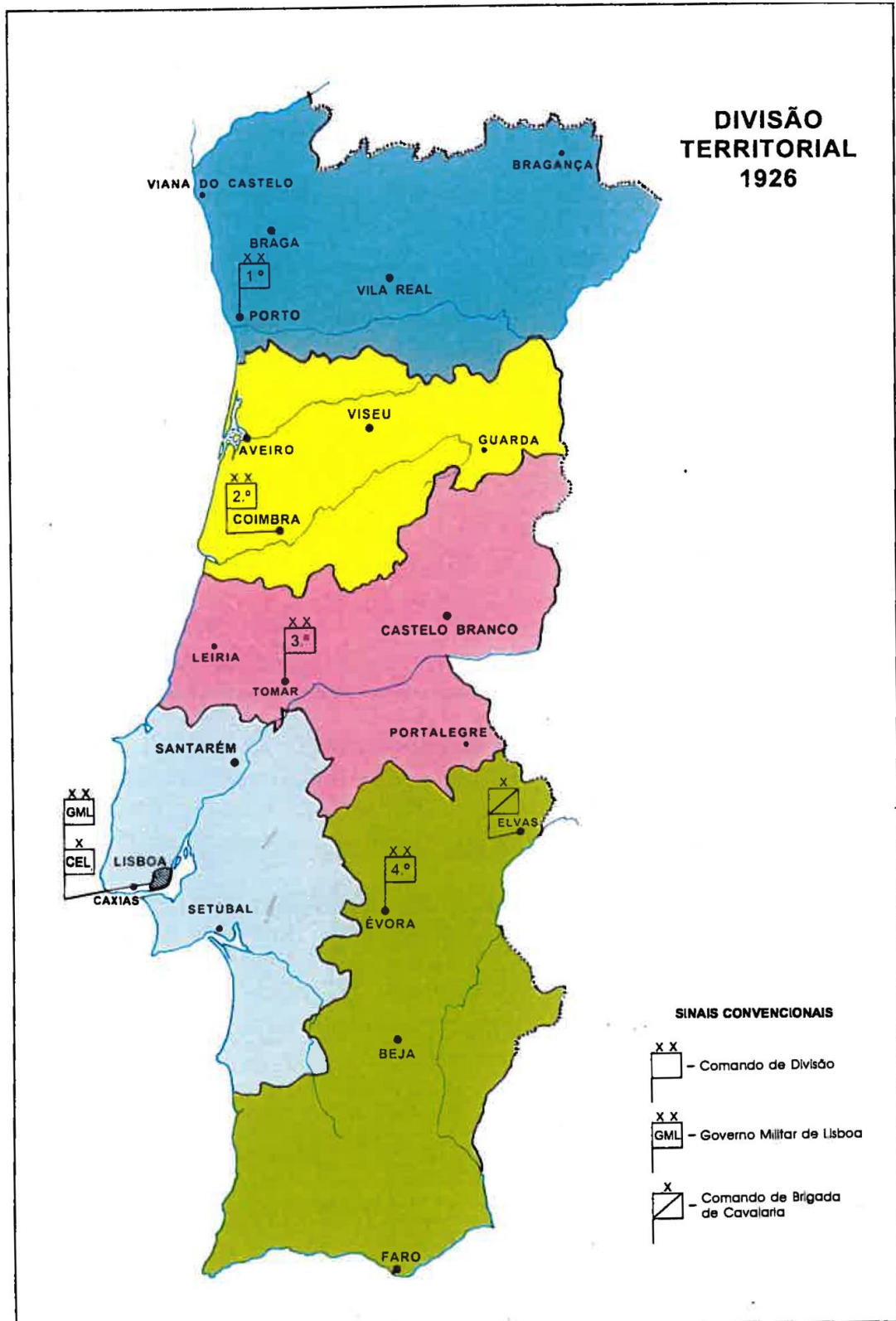


Figura 3 - Divisão Territorial do Exército no Continente em 1926

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 121)



## DIVISÃO TERRITORIAL 1926

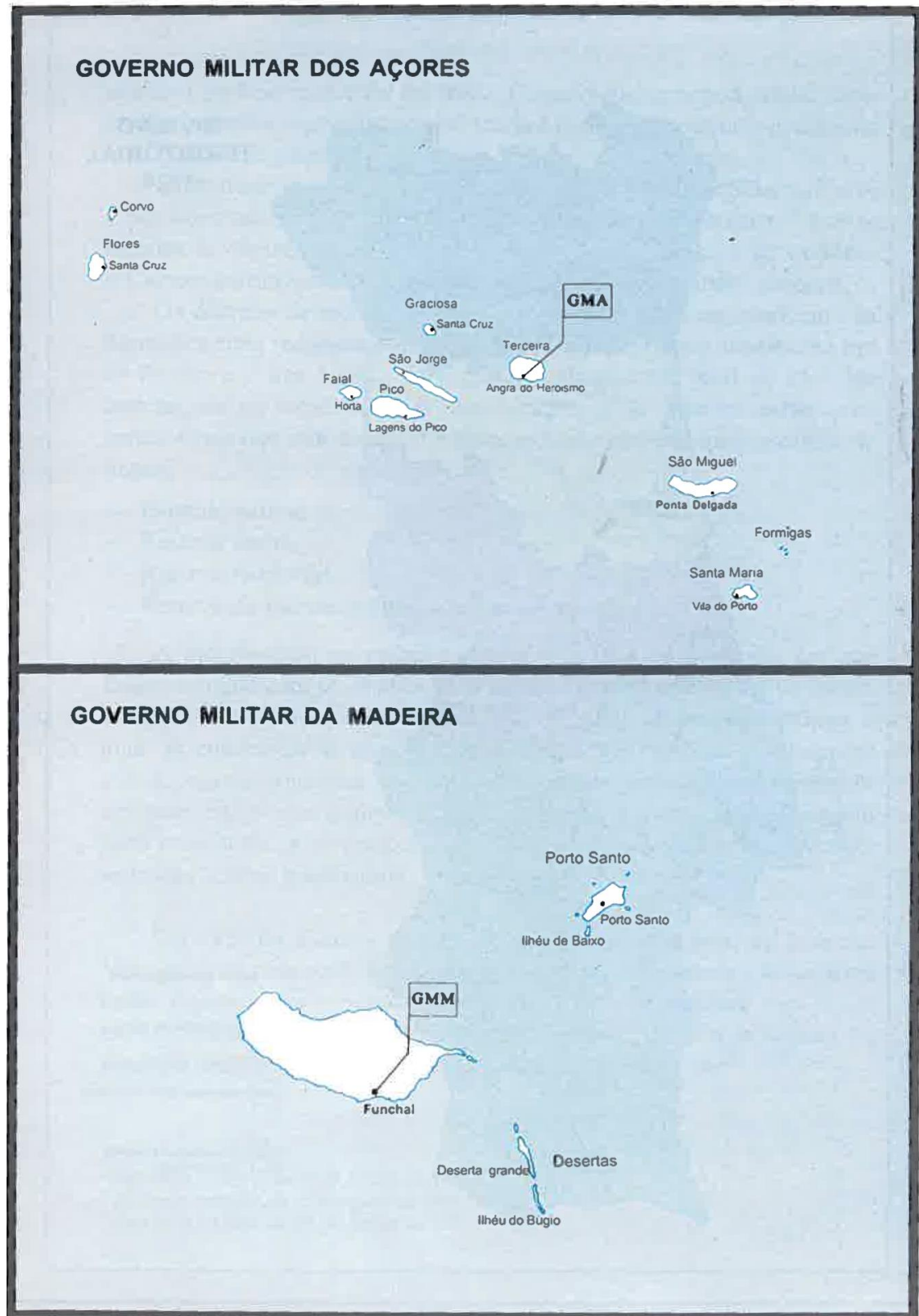


Figura 4 - Divisão Territorial do Exército nas Ilhas em 1926

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 126)

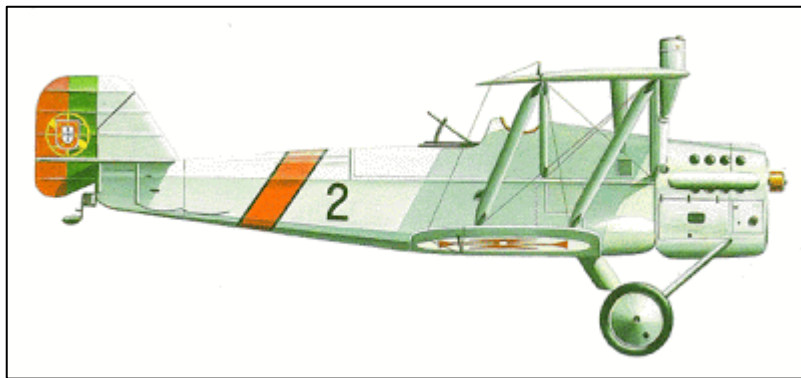


## Anexo C — As Aeronaves da Aeronáutica Militar em 1926



**Figura 5 - Aeronave Avro 504K**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/02/avioes-da-am-avro-504-k.html>)



**Figura 6 - Aeronave Vickers Valparaíso I**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/10/avioes-da-am-vickers-valparaiso-i-ii-e.html>)



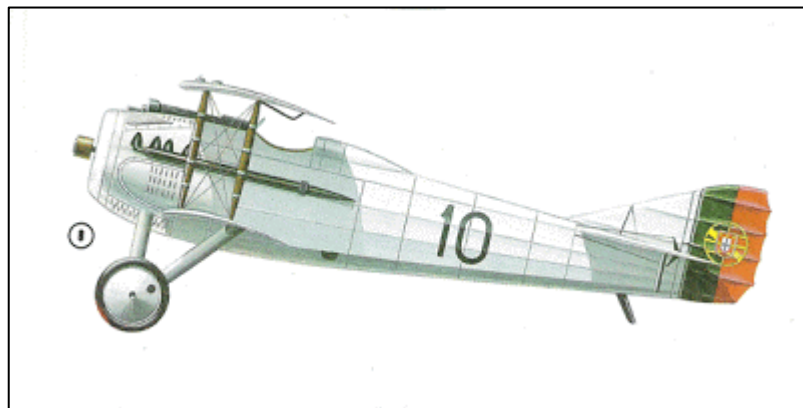
**Figura 7 - Aeronave Avro 548 A**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/02/avioes-da-am-avro-548.html>)



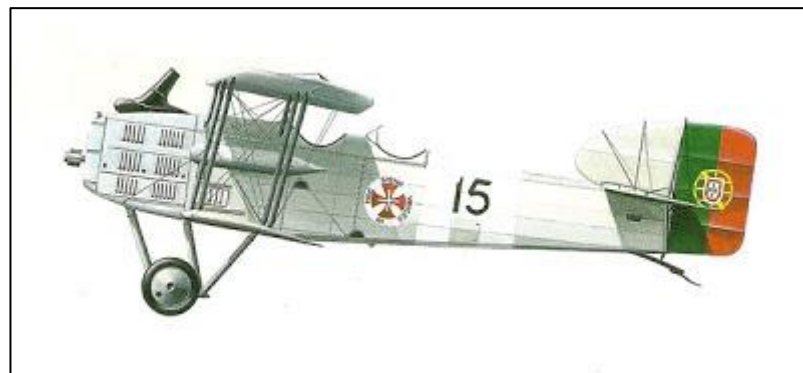
**Figura 8 - Aeronave Martynside F-4 Buzzard**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/07/avioes-da-am-martinsyde-f-4-buzzard.html>)



**Figura 9 - Aeronave SPAD VII C1**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/08/avioes-da-am-spad-vii-c1.html>)



**Figura 10 - Aeronave Breguet Br. 14 A2**

**Fonte:** (<http://ex-ogma.blogspot.pt/2009/03/avioes-da-am-breguet-br14-a2.html>)



## Apêndice A — Fontes do Arquivo Histórico Militar

Tabela 1 – Fontes do Arquivo Histórico Militar

<b>Fundo Orgânico número seis - Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra</b>								
<b>Secção</b>	<b>Descrição</b>	<b>Série</b>	<b>Descrição</b>	<b>Subsérie</b>	<b>Descrição</b>	<b>Caixa</b>	<b>Documento</b>	<b>Observações</b>
L	Expediente e arquivo	Seis	Organização do Exército, aquartelamento e obras	Um	Organização do Exército 1911-1960	702	68	Onde encontramos correspondência da Delegação Portuguesa na Comissão Internacional de Reorganização enviando livros e manuais militares.
<b>Primeira Divisão - Portugal e as campanhas na Europa</b>								
<b>Secção</b>	<b>Descrição</b>	<b>Série</b>	<b>Descrição</b>	<b>Subsérie</b>	<b>Descrição</b>	<b>Caixa</b>	<b>Documento</b>	<b>Observações</b>
36	Primeira República 1914-1926					23	13	Onde encontramos correspondência entre os Adidos Militares em Paris e Londres e o Estado-Maior do Exército relativa ao envio de informações sobre o sistema de Serviço Militar, regulamentos e manuais militares e diplomas sobre a organização dos exércitos.
						26	23	
						28	13	



Terceira Divisão								
Secção	Descrição	Série	Descrição	Subsérie	Descrição	Caixa	Documento	Observações
Dois	Organização do Exército 1711-1978					15	20 21	Onde encontramos troca de correspondência com o rascunho do terceiro relatório da Comissão de Estudo de Reorganização, sobre a organização do Exército em tempo de paz, bem como a sua versão final enviada ao Estado-Maior do Exército.

**Fonte:** (autor, 2016)



## Apêndice B — A Organização do Exército de 1911

Tabela 2 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1911

Antiguidade das Armas e Serviços	
#	Organização de 1911
1	Arma de Engenharia
2	Arma de Artilharia
3	Arma de Cavalaria
4	Arma de Infantaria
5	Serviço de Saúde Militar
6	Serviço Veterinário Militar
7	Serviço de Administração Militar
8	Secretariado Militar

**Fonte:** (MG, 1911, p. 2139)

Tabela 3- Organização do MG em 1911

Organização do Ministério da Guerra em 1911	
Secretaria de Guerra	Observações
Repartição do Gabinete do Ministro	Trata dos assuntos destinados ao Ministro e que não pertencem a nenhuma Direção-Geral.
1ª Direção-Geral	Trata dos assuntos relacionados com as promoções, movimentos e situação de oficiais e praças, à justiça militar e aos estabelecimentos de instrução dependentes do MG.
2ª Direção-Geral	Trata dos assuntos relacionados com: pensões de sangue, subsídios a viúvas e órfãos de oficiais; propriedades e obras; material de guerra e de engenharia; animais; administração do pessoal do Serviço de Saúde, Veterinário e Administração Militar; serviços médicos, hospitalares e higiene no Exército; subsistência, fardamento e utensílios de quartéis e estabelecimentos militares; vencimentos, e; meios de transporte.

**Fonte:** (MG, 1911, p. 2148-2150)



Tabela 4 - Organização do EME de 1911

<b>Organização do Estado-Maior do Exército de 1911</b>	
<b>Estado-Maior do Exército</b>	<b>Observações</b>
Major General do Exército	Responsável pela execução dos trabalhos que façam parte das atribuições do EME nomeadamente dos assuntos que digam respeito à guerra e à defesa geral do Estado.
1ª Direção – Direção de Serviço do Estado Maior	<ul style="list-style-type: none"><li>– Sob as ordens do Chefe do EME, que depende diretamente do Major General do Exército em tudo o que diga respeito à preparação da guerra nomeadamente a direção e instrução das tropas das Armas que façam parte do Exército de Campanha.</li><li>– Trata de assuntos relacionados com: a área funcional das Informações; os assuntos diplomáticos; a defesa do país; a organização do Exército da Metrópole; os planos, geral de mobilização do Exército, abastecimento e transportes, e; exercícios.</li></ul>
2ª Direção – Direção dos Serviços do Exército	<ul style="list-style-type: none"><li>– Sob as ordens do QMG, que depende diretamente do Chefe do EME em tudo o que diga respeito à preparação da guerra nomeadamente a direção e instrução das tropas dos Serviços que façam parte do Exército de Campanha.</li><li>– Trata de assuntos relacionados com: a organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército; a utilização dos transportes militares; a aquisição, manutenção e renovação dos materiais da reserva de guerra; o serviço de saúde e veterinário em campanha, e; estudos sobre os recursos do país e mercados estrangeiros.</li></ul>

**Fonte:** (MG, 1911, p. 2151-2154)



## Apêndice C — A Organização do Exército Metropolitano de 1926

Tabela 5 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1926

Antiguidade das Armas e Serviços	
#	Organização de 1926
1	Arma de Infantaria
2	Arma de Artilharia
3	Arma de Cavalaria
4	Arma de Engenharia
5	Arma de Aeronáutica
6	Serviço de Saúde Militar
7	Serviço Veterinário Militar
8	Serviço de Administração Militar

Fonte: (MG, 1926b, p. 914)

Tabela 6 - Organização do MG em 1926

Organização do Ministério da Guerra em 1926	
Ministério da Guerra	Observações
Repartição do Gabinete do Ministro	Trata dos assuntos destinados ao Ministro e que não pertencem a nenhuma das Direções-Gerais.
1ª Direção-Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>Sob as ordens do Ajudante-General.</li><li>Trata de assuntos relacionados com: a área funcional de Pessoal como a matrícula, as listas de antiguidade e a justiça e disciplina.</li></ul>
2ª Direção-Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>Sob as ordens do Administrador geral do Exército.</li><li>Trata de assuntos relacionados com: o fornecimento de materiais, o pessoal dos estabelecimentos produtores, os animais, os vencimentos, as propriedades e obras do Ministério.</li></ul>
3ª Direção-Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>Antiga 1ª Direção do EME.</li><li>Sob as ordens do Chefe do EME.</li><li>Trata do estudo das operações a realizar e dos procedimentos burocráticos referentes à organização, à instrução e ao expediente.</li><li>É parte do EME e tem cumulativamente como atribuições todos os assuntos desenvolvidos no âmbito de cada uma mas que se relacionem com a preparação para a guerra.</li></ul>



<b>Organização do Ministério da Guerra em 1926</b>	
<b>Ministério da Guerra</b>	<b>Observações</b>
4ª Direção-Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>— Antiga 2ª Direção do EME.</li><li>— Sob as ordens do QMG.</li><li>— Trata de assuntos referentes aos transportes à responsabilidade do Exército, material para a mobilização e recenseamento de animais e veículos.</li><li>— É parte do EME e tem cumulativamente como atribuições todos os assuntos desenvolvidos no âmbito de cada uma mas que se relacionem com a preparação para a guerra.</li></ul>
ISAE	Responsável pelas verificações e inspeções relativas às áreas da administração, operações e contas dos corpos, serviços e estabelecimentos militares.

**Fonte:** (MG, 1926a, p. 707; MG, 1926b, p. 914-916)

**Tabela 7 - Organização do EME de 1926**

<b>Organização do Estado-Maior do Exército de 1926</b>	
<b>Estado-Maior do Exército</b>	<b>Observações</b>
3ª Direção-Geral do MG	<ul style="list-style-type: none"><li>— Dividida em dois <i>ramos</i> diferentes. O primeiro seria responsável pelos estudos das operações a realizar e de onde sairiam os principais elementos de um <i>Grande QG</i> para a guerra. O segundo, seria responsável pela organização militar, pela instrução e pelo expediente.</li></ul>
4ª Direção-Geral do MG	<ul style="list-style-type: none"><li>— Trata de assuntos referentes aos transportes à responsabilidade do Exército, material para a mobilização e recenseamento de animais e veículos.</li></ul>

Nota: Estas duas Direções-Gerais constituem o EME e têm, cumulativamente, como atribuições todos os assuntos que se relacionem com a preparação para a guerra dentro das suas áreas de atribuição.

**Fonte:** (MG, 1926b, p. 916)



## Apêndice D — Corpo de Conceitos

- Devorismo - Utilizado na linguagem política até 1961, tinha como objetivo caracterizar uma política de gastos exagerados e injustificados dando origem ao desaparecimento dos dinheiros públicos em benefício pessoal ou de outra pessoa (Wheeler, 1978, p. 184).
- Exército Ativo - Aquele onde as praças pertencentes a este escalão teriam a obrigatoriedade de cumprir até quatro ano de serviço efetivo nas fileiras, podendo ser dispensadas e novamente convocadas pelos Comandantes do Regimentos após um ano de serviço contado após o final da instrução de recrutas. Estes militares podiam ser empregues para prestar serviço no continente, nas ilhas adjacentes, nas colónias ou onde as contingências nacionais o exigissem (MG, 1926a, p. 724).
- Manobras de Outono - As manobras de outono, ou escolas de repetição, destinavam-se a completar a instrução, reunindo em exercício de campo efetivos militares próximos dos empregues na IGM na Flandres, do quadro e tropas mobilizadas. Estes últimos possuíam um período formativo que antecedia a entrada nas *manobras*. As praças eram provenientes das escolas de recrutas enquanto os oficiais e sargentos tinham sido preparados numa escola de quadros (Monteiro, 1925, p. 652).
- Organização Militar - Estrutura militar hierarquizada, de um Estado, composta por unidades e estabelecimentos, necessários para a defesa do território e dos interesses nacionais, que recorrem a processos de recrutamento, mobilização, instrução e preparação para garantir em permanência um conjunto de capacidades que lhes assegure a prontidão e o nível de resposta adequado para o cumprimento das suas missões (MG, 1911, pp. 2138-2139;MG, 1926b, pp. 913-914).
- Reserva Ativa - As praças pertencentes a este escalão só poderiam ser convocadas pelo Poder Executivo. Estes militares poderiam ser empregues para prestar serviço no continente, nas ilhas adjacentes, nas colónias ou onde as contingências nacionais o exigissem (MG, 1926a, p. 724).
- Reserva de - Constituem este escalão os mancebos dos 17 aos 20 anos que



- Recrutamento                   possuísssem a instrução militar preparatória (MG, 1926a, p. 724).
- Reserva Territorial   - As praças pertencentes a este escalão só poderiam ser convocadas pelo Poder Executivo. Estes militares apenas poderiam ser empregues para prestar serviço no continente (MG, 1926a, p. 724).
- Tropas Ativas           - Aquelas que se destinavam a entrar prontamente em ação no Exército de campanha e na guarnição permanente dos pontos fortificados (Oliveira, 1995, p. 111)
- Tropas de Reserva   - Tropas com menor prontidão e que se destinavam a reforçar o Exército de campanha e as guarnições do CEL e/ou de outros pontos fortificados (Oliveira, 1995, p. 111)
- Tropas Territoriais   - Aquelas que se destinavam à defesa das localidades ou a outros trabalhos decorrentes da passagem ao estado de defesa dos pontos fortificados e outras missões de carácter mais sedentário (Oliveira, 1995, p. 114).